

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026**

**CONTRATANTE (UASG) 102127 – MP**

## **OBJETO**

**Contratação de seguro para obras do acervo expositivo emprestadas ao Museu Paulista**

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 13.937,67 (treze mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos)**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 25/05/2026**

## **HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

**09h00**

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**Menor preço por item**

## **MODO DE DISPUTA:**

**Aberto e fechado**

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**Sim**

**Link:**

**<http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

### Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
8. DOS RECURSOS .....	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

### MUSEU PAULISTA

#### Processo SEI nº 154.00006635/2026-22

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio do **Museu Paulista**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação anual de seguro “All Risks” para as obras do acervo em exposição emprestadas ao Museu Paulista**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **ÚNICO ITEM**.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na [Instrução Normativa nº 03/2018](#), mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Para o **item 01** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
  - 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
  - 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
  - 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
  - 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
  - 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
  - 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
  - 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
  - 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
  - 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
  - 2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Será permitida a participação de:
- 2.8.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 2.8.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.8.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.

- 2.9. O impedimento de que trata o subitem **2.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.7.2** e **2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.13. A vedação de que trata o item **2.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.13.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
  - 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
  - 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
  - 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. **Valor unitário e total** do item.
- 4.1.2. Marca.
- 4.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,50 % (meio por cento)**.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 5.21.2.2. empresas brasileiras.
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.

- 5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **6.12.** do edital.
- 5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 6.1.1. SICAF.
  - 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
  - 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
  - 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
  - 6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
  - 6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **6.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e **3.6** deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis.
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
  - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

### 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.13.1**.
- 7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### 8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
  - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
  - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico mediante solicitação formal via e-mail: [licitacoesmp@usp.br](mailto:licitacoesmp@usp.br).

### 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
    - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
    - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
    - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
    - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
  - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
  - 9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
  - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
    - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
    - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
    - 9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
  - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
- 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
  - 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
  - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
  - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ([art. 156, §9º](#)).

### 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo e-mail: [licitacoesmp@usp.br](mailto:licitacoesmp@usp.br)**.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 – MP

- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://museudoipiranga.org.br/transparencia> e <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>.
- 11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 11.12.2. ANEXO II – Proposta Comercial
  - 11.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
  - 11.12.4. ANEXO IV – Orientações sobre a retenção de imposto de renda
  - 11.12.5. ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação

São Paulo, na data da assinatura eletrônica (ao final do documento).

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida de Menezes Borrego**  
Vice-diretora do Museu Paulista

## ANEXOS



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

MUSEU PAULISTA

Processo SEI nº 154.00006635/2026-22

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de seguro para obras do acervo expositivo emprestadas ao Museu Paulista, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT-SER	UNIDA-DE DE MEDIDA	QUAN-TIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Seguro do tipo “All Risks” para obras do acervo expositivo emprestadas ao Museu Paulista.</p> <p>A apólice de seguro “All Riks” deve mencionar todos os 7 (sete) proprietários dos 335 itens acervísticos, as exposições em que figuram os itens bem como a soma de seus valores, conforme planilha anexa a este Termo de Referência (subanexo I).</p> <p>A apólice de seguro deve contemplar todas as cláusulas previstas no subanexo II.</p> <p>A apólice deve cobrir período de 01 ano, podendo ser renovada por até 10 anos, conforme contrato (Anexo III do Edital).</p>	906	unidade (seguro anual)	01	R\$ 13.937,67	R\$ 13.937,67

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (meses) meses** contados da **data de assinatura do contrato** prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o seguro das obras emprestadas ao Museu Paulista deve ser permanente, por exigência dos contratos / convênios firmados com outras instituições.
  - 1.3.2. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## Subcontratação

- 1.6. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
  - I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000088/2026.
  - II. Data de publicação no PNCP: 14/11/2025.
  - III. Id do item no PCA: 142.
  - IV. Classe/Grupo: Seguro.
  - V. Identificador da Futura Contratação: 129/2026.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Não se aplica.

### Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### Vistoria

- 4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:  
5.1.1. Início da execução do objeto: em até **30 dias da assinatura do contrato**.

### Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

## Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) [\(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput\)](#).

## Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. [\(Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17\)](#).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

## Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
  - 6.18.1. Não se aplica.

## Gestor do Contrato



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
  - 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
  - 7.7.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.15. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

## Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).
- 7.17.1. São condições para a liberação do pagamento:



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- a) O recebimento definitivo do objeto.
  - b) A entrega da documentação fiscal completa.
  - c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).
- 7.18. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.18.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.18.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.19. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.20. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.21. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.22. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

## Forma de pagamento

- 7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

7.25. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **continuado**.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.18. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.19. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples.
- 8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
- 8.22.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação
- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

## Outras comprovações

- 8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:
- cumpra as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
  - atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.
- 8.27. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:
- 8.27.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
- Designação do consórcio e sua composição.
  - Finalidade do consórcio.
  - Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual.
  - Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados.
  - Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.
  - g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto **CONTRATADO**, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração.
  - h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.
- 8.27.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- 8.27.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 8.27.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
- 8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:
- 8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
  - 8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
  - 8.28.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
  - 8.28.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.28.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- 8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador
- 8.28.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.
- 8.29. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.29.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 8.29.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 13.937,67 (treze mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I. Gestão/Unidade: Museu Paulista.
  - II. Fonte de Recursos: Tesouro do Estado.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- III. Programa de Trabalho: Administração Geral.
- IV. Elemento de Despesa: Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica.
- V. Plano Interno: PCA 2026, contratação 129.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado digitalmente

THIAGO DE FREITAS TONIOLO

Data: 06/05/2026 15:34:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Thiago de Freitas Toniolo  
Pregoeiro  
Museu Paulista - USP

Subanexo I

RG/IC ou ARQ	Exposição	Sala	Núcleo	Denominação/Título/Legenda	Autoria/Fabricante	Material/técnica	Data	Dimensão	Peso	Procedência
s/num	Territórios em Disputa	Sala DC2	N7 - O trigo como s	Mó de moinho de trigo	Desconhecido	Pedra	Século 18	107 cm [Diâmetro]	660kg	Empréstimo IPHAN - Sítio Pe. Inácio Cotia
RMT01	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Bibêlô Revolver		Metal; Plástico	1933-1981	4,5 x 2,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT02	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Bibêlô Revolver		Metal; Plástico	1933-1981	5,5 x 4 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT03	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Fumo de corda		sem informação	1933-1981	5,5 x 3,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT04	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Projêtil		Metal	1933-1981	3 x 1 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT05	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Isqueiro "D T" (Dino Telles)		Metal	1933-1981	6 x 3,5 x 3 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT06	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Apito (usa como juiz em futebol)		Metal	1933-1981	4,5 x 2 x 2,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT07	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Isqueiro		Metal	1933-1981	6 x 3 x 1,7 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT08	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Alicate		Metal	1933-1981	10,6 x 2,3 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT09	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Bibêlô motocicleta		Metal	1933-1981	2,8 x 1,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT10	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Bibêlô automôvel		Plástico; Metal	1933-1981	3,3 x 2,2 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT11	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Broche avião		Metal	1933-1981	2,5 x 2,2 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT12	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Dado		Plástico	1933-1981	1,5 x 1,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT13	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Projêtil usado		Metal	1933-1981	4,3 x 1,2 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT14	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Bibêlô bigorna		Metal	1933-1981	10 x 3,5 x 3 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT15	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Prendedor de papel		Metal	1933-1981	8 x 3,7 x 1,6 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT16	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Soco inglês		Metal	1933-1981	9 x 4,5 x 0,7 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT17	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Jogo de encaixe		Metal	1933-1981	10 x 7,5 x 3 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT18	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Abotoaduras		Metal; Outros	1933-1981	3 x 2 x 1,4 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT19	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Abotoaduras		Metal; Outros	1933-1981	3 x 2 x 1,4 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT20	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Abotoaduras		Metal; Outros	1933-1981	3 x 2 x 1,4 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT21	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Prendedor de gravata		Metal	1933-1981	3,5 x 1,4 x 0,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT22	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Abotoaduras		Metal; Pedra	1933-1981	3 x 1,5 x 0,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT23	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Abotoaduras		Metal; Pedra	1933-1981	3 x 2 x 1,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT24	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Prendedor de gravata		Metal; Outros	1933-1981	4,6 x 1,1 x 0,8 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT25	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Prendedor de gravata		Metal	1933-1981	4,7 x 1,2 x 0,6 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT26	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Apito (usa como juiz em futebol)		Metal	1933-1981	6 x 2,5 x 2,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT27	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Chave (criado mudo)		Metal	1933-1981	5,1 x 2 x 0,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT28	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Chave		Metal	1933-1981	5,5 x 1,7 x 0,8 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT29	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Chaveiro de couro com chave		Metal; Couro	1933-1981	17,5 x 2,6 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT30	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Capô bem Jesus (pau de ferro de bueno brandao, quando		Plástico; Metal	1933-1981	7 x 4,4 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT31	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Torno		Metal	1933-1981	8,5 x 5,3 x 4,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT32	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Chaveiro coração /cruzifixo "Dino Telles"		Metal; Plástico	1933-1981	12,9 x 4 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT33	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Chaveiro de couro e metal para cinto		Metal; Couro	1933-1981	8 x 2,3 x 1,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT34	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Chaveiro de metal		Metal	1933-1981	7,4 x 1,9 x 0,7 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT35	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Lamparina		Metal	1933-1981			Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT37	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Kit de ferramentas		Metal; Plástico	1933-1981	8 x 7 x 1,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT38	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Brinquedo de encaixe/da neta		Plástico	1933-1981	8 x 7 x 4,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT39	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Pé de coelho		sem informação	1933-1981	6,5 x 3 x 2 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT40	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Lente portátil		Plástico	1933-1981	17,3 x 3,5 x 2,2 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT41	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Conjunto para barbear		Metal; Plástico	1933-1981	9,5 x 6 x 4,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT42	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Caixa para guardar lâmina de barbear		Metal; Vidro	1933-1981	7,5 x 4,5 x 1,7 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT43	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Navalha		Madeira; Metal	1933-1981	13,5 x 1,9 x 1,9 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT44	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Navalha quebrada		Metal; Plástico	1933-1981	1,2 x 1,5 x 15 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT45	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Navalha (cabo de osso)		Metal; Outros	1933-1981	23 x 1,5 x 0,9 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT46	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Canivete fechada		Metal	1933-1981	7,7 x 1,5 x 0,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT47	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Fita métrica		Plástico; Metal	1933-1981	6,3 x 3,8 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT48	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Faca		Metal; Tecido; Couro; Marfim	1933-1981	17 x 5 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT49	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Lápis de marcação		Madeira; Grafite	1933-1981	12,5 x 1,3 x 0,6 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT50	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Brinquedo de encaixar		Madeira	1933-1981	9 x 8,5 x 8,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT51	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Bituca de cigarro de palha do pai de Dino Telles		sem informação	1933-1981	7 x 3 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT52	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Baioneta		Madeira; Metal; Couro	1933-1981	44 x 6 x 2 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT53	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Peso de papel busto Dante		Bronze	1933-1981	9,5 x 11 x 6 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT54	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Almofariz		Bronze	1933-1981	8 x 8 x 10 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT55	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Estribo		Metal	1933-1981	20 x 11 x 8 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT56	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Prendedor de papéis com papéis originais		Papel; Metal	1933-1981	20,3 x 1,3 x 1,2 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT57	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Cinto do uniforme de guarda municipal		Tecido; Metal	1933-1981	89 x 3,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT58	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Livro História Sagrada		Papel	1933-1981	10,00 x 12,00 x 2,00 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT59	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Vidro com coleção de moedas		Vidro; Metal	1933-1981	13,5 x 6,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT60	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Latinha com coleção de moedas		Metal; Papel	1933-1981	8,5 x 7,3 x 7,3 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles

RMT61	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Lata mianasol (sacarato composto) verde com fundo amarelo	Metal	1933-1981	10 x 15 x 10 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT62	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Alicate	Metal; Borracha	1933-1981	17,2 x 5 x 1,5 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT63	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Formão	Madeira; Metal	1933-1981	14 x 3,7 x 1,8 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT64	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Formão gravado Lourdes	Madeira; Metal	1933-1981	16,8 x 2 x 2 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT65	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Martelinho	Metal	1933-1981	14,2 x 7,3 x 1,5 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT66	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Chave de fenda	Metal; Plástico; Borracha	1933-1981	15 x 1,2 x 1,2 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT68	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca	Metal	1933-1981	12,5 x 1 x 1 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT69	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Martelinho	Metal	1933-1981	11,2 x 4 x 1 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT70	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Carteira de trabalho	Papel; Plástico; Metal; Fotografia; Linha	1933-1981	13 x 9 x 1 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT71	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Carteira de identidade	papel, tinta, papel emborrachado, agulha	1933-1981	9,5 x 6 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT72	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Carteira de agente de segurança	Papel; Percalux; Metal	1933-1981	11,5 x 8,7 x 1,5 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT73	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Coleção de cédulas monetárias	Papel; Plástico	1933-1981	23,5 x 3 x 7,5 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT74	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Lata com coleção de cédulas monetárias	Metal	1933-1981	5 x 17,5 x 11 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT75	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Molho de chaves	Metal	1933-1981	2,5 x 20 x 6 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT77	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Relógio de bolso Tissot	Metal; Vidro	1933-1981	6,5 x 5 x 1 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT78	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Relógio de bolso Ômega	Metal; Vidro	1933-1981	6,5 x 5 x 1 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT79	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Relógio de bolso Minerva	Metal; Vidro	1933-1981	7 x 4,5 x 1 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT80	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Relógio de bolso Minerva	Metal; Plástico; Tecido	1933-1981	7 x 4,5 x 1,3 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT81	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Relógio de pulso de Lourdes	Metal; Vidro; Outros	1933-1981	6,6 x 4 x 1 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT82	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Relógio de bolso Technos na caixa, presente da minha mãe	metal, plástico, tecido	1933-1981	16 x 9,5 x 1,7 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT83	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Cartão de alumínio para semáforo de vidro com semáforo	metal, vidro	1933-1981	2,5 x 11,5 x 3,5 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT84	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Nota fiscal do relógio de bolso Technos	papel	1933-1981	21,4 x 14 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT85	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Pingente de coração	metal, cristais	1933-1981	2,8 x 2,5 x 0,8 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT86	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Chaveiro da Associação Dancing Night	metal, resina	1933-1981	4 x 3,5 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT87	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ficha da Fazenda São João Pires do Amaral	metal	1933-1981	3 x 3 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT88	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Pingente Nossa Senhora de Aparecida	metal	1933-1981	2,7 x 2,5 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT89	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Placa pequena Nossa Senhora de Aparecida	metal	1933-1981	2,7 x 4 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT90	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Placa Monte Serra (santo)	metal, couro	1933-1981	4,7 x 3,5 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT91	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha Honra ao Mérito	metal	1933-1981	4,5 x 4 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT92	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Moeda 1.000 réis furada para ser pingente	metal	1933-1981	0,3 x 2,8 [A x D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT93	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ficha telefônica	metal	1933-1981	2,2 [D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT94	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha Honra ao Mérito	metal	1933-1981	4,5 [D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT95	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Moeda de 1 cruzeiro com furo para pendurar	metal	1933-1981	2,3 [D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT96	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broche	metal, resina	1933-1981	2 x 2 x 1 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT97	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha para usar no painel de carro – Dodge	metal	1933-1981	3,5 x 3 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT98	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha Santo	metal	1933-1981	3,2 x 2,3 x 0,2 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT100	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha para usar no painel de carro	metal, plástico	1933-1981	6 x 5 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT101	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Caixinha com medalhas e brinços desaparecidos	papel, metal, resina, cristal	1933-1981	12 x 9 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT102	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Vidro com brinços e pulseira	plástico, metal, cristal	1933-1981	4 x 3,5 [A x D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT103	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Vidro com anéis	plástico, metal, cristal, semente, resina	1933-1981	18 x 9 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT104	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broche de marcessita, par de sapatos, era da irmã	metal, esmalte	1933-1981	4 x 3 x 0,8 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT105	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Crucifixo, pingente	metal	1933-1981	2,8 x 1,5 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT106	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Anel Ouro para o Bem do Brasil	metal	1933-1981	0,7 x 1,5 [A x D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT107	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha Divino Espírito Santo	metal	1933-1981	2,2 x 1,3 x 0,2 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT108	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Par de brinços	metal, cristais	1933-1981	3,5 x 2,8 x 1,5 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT109	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Anel de marcessita	metal, cristais	1933-1981	1 x 2,5 [A x D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT110	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	conjunto de anéis que pertenceram a mirmes da minha mãe	metal, cristais	1933-1981	12 x 6 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT111	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Caixinha amarela	papel, plástico	1933-1981	10 x 6 [A x L]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT112	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalhão Nossa Senhora de Aparecida	metal	1933-1981	9,5 x 7,3 x 3 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT113	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalhão Nossa Senhora Perpétuo do Socorro	metal, resina, papel	1933-1981	5 x 2,5 x 0,8 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT114	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Crucifixo	metal	1933-1981	2,8 x 1,5 x 0,2 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT115	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha Nossa Senhora	metal	1933-1981	2,8 x 2,5 x 0,3 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT116	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha Santo-dourada	metal; plástico	1933-1981	3,5 x 2,5 x 0,5	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT117	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha em forma de livro tipo relicário	metal	1933-1981	2,5 x 2,3 x 0,7 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT119	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha Nossa Senhora Perpétuo Socorro	metal	1933-1981	0,2 x 4 [A x D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT120	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha Santo	metal	1933-1981	3 x 1,5 x 0,5 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT121	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha caixa tipo relicário	metal	1933-1981	0,7 x 3,5 [A x D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT122	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Medalha terço	metal	1933-1981	1 x 4,5 [A x D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT123	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Crucifixo, pingente	metal	1933-1981	1,5 x 1,3 x 0,3 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT124	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Crucifixo, pingente	metal	1933-1981	5,5 x 3 x 3 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT125	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Estrela de Davi, pingente	metal	1933-1981	0,3 x 2,5 [A x D]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT126	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Crucifixo, pingente	metal, cristais	1933-1981	2 x 1,2 x 0,2 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT127	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Crucifixo, pingente	metal	1933-1981	3,6 x 2,3 x 0,5 [A x L x C]	Empréstimo de Regina Mara Teles

RMT128	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Caixa de madeira Cibalena		madeira	1933-1981	4 x 10 x 6,2 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT129	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Colchete com medalhas e pingentes variados		metal, resina	1933-1981	4,5 x 8 x 2 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT130	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Porta joia verde com espelho		metal, papel camurça, tecido, espelho	1933-1981	7 x 9,5 x 5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT131	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Alicate		metal	1933-1981	23 x 7,5 x 2 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT132	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Martelo inox		metal	1933-1981	15,8 x 3,5 x 2,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT133	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferradura		metal	1933-1981	12,5 x 11 x 1,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT134	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	19,7 x 2 x 1,18 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT135	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	20 x 0,8 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT136	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	20,2 x 1 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT137	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	19 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT138	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	18,5 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT139	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	13,2 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT140	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	21 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT141	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	14 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT142	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	14,3 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT143	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	12,5 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT144	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	13,3 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT145	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Broca		metal	1933-1981	12 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT146	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Martelinho		metal, madeira	1933-1981	18 x 6,5 x 1,8 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT148	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Título de eleitor		papel, fotografia	1933-1981	10,5 x 15 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT149	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ficha Inamps		papel, fotografia	1933-1981	10,5 x 15 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT150	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Anotações sobre tempo de serviço		papel	1933-1981	12,5 x 16,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT151	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ficha de inscrição cadastral como tricoteiro		papel	1933-1981	11 x 15,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT152	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Carta do pai, internado compositor na colônia de		papel	1933-1981	26,5 x 19,3 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT153	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	2ª. Folha carta 152		papel	1933-1981	26 x 19,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT154	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	4 monogramas de filme de cinema com moça de		negativo de acetato	1933-1981	9 x 3 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT155	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ingresso de cinema em Bueno Brandão/MG		papel	1933-1981	5 x 9 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT156	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ingresso de cinema em Bueno Brandão/MG		papel	1933-1981	5 x 9 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT157	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Calendário 1973, Auto VW		papel	1933-1981	6,5 x 9,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT158	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Tangas, calcinhas e soutiens Marca Mary Stuart		papel	1933-1981	6,4 x 10,3 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT159	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Recorte jornal – mulher		papel	1933-1981	20,4 x 11 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT160	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Recorte jornal – mulher		papel	1933-1981	15,8 x 5,3 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT161	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Recorte jornal – mulher		papel	1933-1981	25,5 x 14,3 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT162	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Recorte jornal – mulher		papel	1933-1981	26,3 x 18 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT163	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Bilhete de Lourdes, esposa para o marido Enedino		papel	1933-1981	15,5 x 23 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT164	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Alvará de funcionamento de secos e molhados		papel	1933-1981	28,5 x 21,3 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT165	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Livro Le Sale D'Armi		brochura em papel	1933-1981	19 x 13,5 x 0,8 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT166	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Caderneta escolar		brochura em papel	1933-1981	13 x 9 x 0,3 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT168	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Santinho Nossa Senhora Perpétuo Socorro		papel	1933-1981	10,3 x 6 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT169	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ficha Inamps de Lourdes B. Silva Teles		papel, fotografia	1933-1981	10,7 x 7,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT170	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Título eleitor de Lourdes B. Silva Teles		papel, fotografia	1933-1981	10,4 x 15 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT171	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Imposto sobre a transmissão de herança, Prefeitura de		papel	1933-1981	21,2 x 15,2 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT172	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Carta de João, irmão de Enedino, para o pai, Francisco		papel	1933-1981	26,5 x 20,2 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT173	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Santinho São Benedito		papel	1933-1981	11 x 3,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT174	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Santinho Jesus		papel	1933-1981	9,2 x 6,3 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT175	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Santinho Papa João Paulo II, 1980		papel	1933-1981	11,3 x 6,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT176	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Santinho de lembrança de falecimento		papel	1933-1981	10,3 x 15 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT177	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Propaganda de defumador		papel	1933-1981	10,7 x 16 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT178	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Oração manuscrita		papel	1933-1981	22 x 15 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT179	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Oração manuscrita		papel	1933-1981	22 x 15 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT180	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Novena Santa Filomena, ms		papel	1933-1981	12,7 x 7,7 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT181	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Novena Santa Filomena, ms		papel	1933-1981	24,5 x 22 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT182	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Reza do terço, impresso		papel	1933-1981	19 x 11 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT184	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro		metal	1933-1981	39,5 x 12 x 3,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT185	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro, martelo		metal	1933-1981	26 x 10,5 x 3 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT186	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro, para limpar o casco do cavalo		metal	1933-1981	37,2 x 7,5 x 8 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT187	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro, martelo		metal, madeira	1933-1981	26 x 13 x 3,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT188	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro, pino		metal	1933-1981	14,7 x 5 x 5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT189	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro, pino		metal	1933-1981	13 x 3,5 x 3,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT190	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro		metal	1933-1981	13,8 x 2 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT191	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro, bigorna		metal	1933-1981	16,5 x 15,5 x 5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT192	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro, martelo		metal	1933-1981	27 x 12 x 2,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT193	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu pai	Ferramenta de ferro		metal	1933-1981	15,8 x 4,2 x 0,7 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles

RMT194	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, pino		metal	1933-1981	12 x 6 x 6 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT195	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, formão		metal	1933-1981	22,5 x 2 x 2 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT196	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, formão		metal, madeira	1933-1981	20,7 x 2 x 2 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT198	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, lixa		metal	1933-1981	31 x 1 [A x D]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT199	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	17,8 x 5 x 5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT201	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	17,7 x 3,3 x 4 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT202	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, machadinha		metal, madeira	1933-1981	26,5 x 12 x 3 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT203	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, lixa		metal	1933-1981	35,8 x 3,8 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT204	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, pino		metal	1933-1981	18,5 x 1,8 x 1,8 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT205	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, pino		metal	1933-1981	7,2 x 3,5 x 2,7 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT206	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, pino		metal	1933-1981	19,5 x 3,2 x 1,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT207	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	32,5 x 5 x 1,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT208	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, prego		metal	1933-1981	26 x 3,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT209	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, prego		metal	1933-1981	16,5 x 1,5 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT210	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, lixa		metal	1933-1981	37 x 3 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT211	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, lixa		metal	1933-1981	31,7 x 2,5 x 0,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT212	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, lixa		metal	1933-1981	30 x 2,8 x 0,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT213	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, lixa		metal	1933-1981	21,3 x 2,3 x 0,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT214	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, pino		metal, madeira	1933-1981	19 x 3 [A x D]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT215	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	27,2 x 3,3 x 2,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT216	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	11 x 2 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT217	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, pino		metal	1933-1981	10,5 x 2,5 x 3,3 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT218	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	9 x 2,5 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT219	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, pino		metal	1933-1981	9,5 x 2 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT220	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, pino		metal	1933-1981	12 x 1 [A x D]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT221	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro, pino		metal	1933-1981	7,5 x 1,5 x 1,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT222	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	6 x 1 x 1 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT223	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	5,5 x 1 [A x D]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT224	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	10 x 2 [A x D]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT225	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	16 x 1,5 x 1,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT226	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	6 x 0,7 x 0,7 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT227	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	7 x 0,7 [A x D]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT228	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Ferramenta de ferroiro		metal	1933-1981	6,7 x 1,5 x 1,5 [A x L x C]		Empréstimo de Regina Mara Teles
RMT229	Casas e coisas	Sala CO3	As coisas de meu p	Documentos		papel	1933-1981	29,7 x 21 [A x L]		Empréstimo de Regina Mara Teles
CP_018	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Modelagem de Sapato Maracanã		Papel	Século 20	41 x 26 x 0 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_022	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Modelagem de Sapato pé no.50		Papel	Século 20	39,5 x 17 x 0 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_026	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Sapato Modelo Maracanã		Couro	Século 20	10,2 x 27 x 11 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_029	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Sapato modelo Packard		Couro; cortiça; borracha	Século 20	11,5 x 28 x 10 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_030	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Forma de sapato		Madeira; metal	Século 20	11 x 30 x 11 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_031	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Forma de sapato Especial com anomalias nos pés		Madeira; couro; metal	Século 20	11,5 x 28,5 x 11 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_032	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Forma para Bota Ortopédica		Madeira; couro; metal	Século 20	12 x 25 x 10 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_034	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Sapato modelo Tressê		Couro	Século 20	10,2 x 27 x 11 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_039	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Assento do Artesão		Couro; madeira	Século 20	40 x 44 x 45 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_044	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Modelagem Sapato Pacard		Papel	Século 20	25,5 x 24,5 x 0 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_045	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Forma de Sapato Sr. Ademair Justino		Madeira; couro; metal	Século 20	14 x 33,5 x 12 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_046	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Chanfradeira		Metal	Século 20	36 x 47 x 33 [A x L x C]		Calçados Pellegrini
CP_054	Mundos do trabalho	Sala CL5	Sapataria	Modelagem de Sapato		Papel	Século 20	37 x 38 cm [A x L x C]		Calçados Pellegrini
APN_58	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Porta Escala		Metal	Século 20	7,7 x 6,1 x 5 [A x L x C]		Ana Paula Nascimento
APN_59	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Riscador ou graminho		Metal	Século 20	16,5 x 14 x 5 [A x L x C]		Ana Paula Nascimento
APN_60	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Sargento		Metal	Século 20	11 x 11,3 x 7,6 [A x L x C]		Ana Paula Nascimento
APN_61	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Morsa		Metal	Século 20	14,5 x 21,5 x 7,4 [A x L x C]		Ana Paula Nascimento
MHIJB_326	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Tesoura de costura		Metal	Século 20	25,00 x 10,00 x 2,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_327	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Tesoura de costura		Metal	Século 20	28,00 x 12,00 x 2,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_1027	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Tesoura de costura		Metal	Século 20	30,00 x 12,00 x 2,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_837	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Máquina de costura		Aço, ferro, madeira e couro	Século 20	40,00 x 50,00 x 35,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_839	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Máquina de costura		Aço, ferro e madeira	Século 20	25,00 x 30,00 x 20,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_1019	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Kujira (Fita métrica)		Papel plastificado	Século 20	150,00 x 3,00 x 0,20 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_1020	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Dedal		Metal	Século 20	2,00 x 2,00 x 2,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_1022	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Dedal		Metal	Século 20	2,00 x 2,00 x 2,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_1024	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Dedal		Metal	Século 20	2,00 x 2,00 x 2,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_1026	Mundos do trabalho	Sala CL1	Costura	Dedal		Metal	Século 20	2,00 x 2,00 x 2,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_231	Mundos do trabalho	Sala CL1	Marcenaria	Arco de pua com brocas		Aço, madeira e tecido	Século 20	40,00 x 20,00 x 8,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_016	Mundos do trabalho	Sala CL1	Estradas de rodage	Prumo de pedreiro		Aço e barbante	Século 20	7,00 x 4,00 x 4,00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

MHIJB_195	Mundos do trabalho	Sala CL1	Estradas de rodage	Pantógrafo		Madeira, aço e plástico	Século 20	4.00 x 35.00 x 6.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_212	Mundos do trabalho	Sala CL1	Estradas de rodage	Trena		Metal ou couro e tecido plastificado	Século 20	12.00 x 12.00 x 4.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_214	Mundos do trabalho	Sala CL1	Estradas de rodage	Nível		Madeira, vidro e metal	Século 20	35.00 x 6.00 x 3.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_0770	Mundos do trabalho	Sala CL2	Estradas de rodage	Picareta		Ferro	Século 20	8.00 x 55.00 x 8.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_0771	Mundos do trabalho	Sala CL2	Estradas de rodage	Cavadeira		Ferro	Século 20	8.00 x 45.00 x 8.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_0772	Mundos do trabalho	Sala CL2	Estradas de rodage	Cavadeira		Ferro	Século 20	20.00 x 45.00 x 8.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_0773	Mundos do trabalho	Sala CL2	Estradas de rodage	Cabeça de machadinha		Ferro	Século 20	10.00 x 15.00 x 6.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_0786	Mundos do trabalho	Sala CL2	Estradas de rodage	Marreta		Ferro e madeira	Século 20	30.00 x 10.00 x 6.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_680	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ		Aço	Século 20	6.00 x 27.00 x 18.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_683	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 25.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_684	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ		Aço	Século 20	6.00 x 28.00 x 22.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_685	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 18.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_686	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 25.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_687	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 25.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_690	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxó		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 25.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_691	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ rodo		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 12.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_692	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ / rodo / ancinho		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 12.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_695	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 12.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_696	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 12.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_699	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ rodo		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 12.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_701	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxada		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 12.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_702	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ / gancho		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 20.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_705	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ / gancho		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 20.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_706	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ / gancho		Aço	Século 20	6.00 x 25.00 x 20.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_707	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ / gancho		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 15.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_708	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxadaõ / gancho		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 20.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_710	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Ancinho / gancho		Aço e madeira	Século 20	35.00 x 12.00 x 10.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_711	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Ancinho / gancho		Aço	Século 20	20.00 x 20.00 x 12.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_759	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Foice		Aço	Século 20	10.00 x 30.00 x 20.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_761	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Foice		Aço e madeira	Século 20	30.00 x 5.00 x 20.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_762	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Foice		Aço e madeira	Século 20	20.00 x 10.00 x 4.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_763	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Faço		Aço e madeira	Século 20	30.00 x 4.00 x 4.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_765	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Foice		Aço e madeira	Século 20	32.00 x 5.00 x 14.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_768	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Machadinha		Aço e madeira	Século 20	25.00 x 5.00 x 8.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_870	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Enxada		Aço	Século 20	6.00 x 30.00 x 20.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_257	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Anzol		Aço e fio	Século 20	5.00 x 5.00 x 5.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_371	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Navalha		Aço e material não identificado	Século 20	18.00 x 4.00 x 2.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_350	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Canivete		Aço e material não identificado	Século 20	8.00 x 2.00 x 1.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_591	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Lampião a querosene		Ferro e vidro	Século 20	30.00 x 15.00 x 15.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_666	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Espiriteira		Aço	Século 20	10.00 x 13.00 x 13.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_667	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Espiriteira		Aço	Século 20	15.00 x 25.00 x 18.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_668	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Coador de café de pano com suporte		Tecido e ferro	Século 20	30.00 x 15.00 x 15.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
MHIJB_950	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Lamparina		Aço	Século 20	12.00 x 8.00 x 8.00 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
TH_001	Mundos do trabalho	Sala CL3	O trabalho no camp	Balão		Madeira, Tecido	Século 20	92.00 x 73.00 x 0 [A x L x C]		Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil
RS_001	Mundos do trabalho	Sala CL1				Madeira e ferro	Século 20	14.00 x 26.00 x 12.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_002	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Compasso		Aço	Século 20	2.00 x 22.00 x 2.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_003	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Compasso com trava		Aço	Século 20	9.00 x 19.00 x 2.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_004	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Compasso		Aço	Século 20	2.00 x 21.00 x 1.20 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_005	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Compasso curvo		Aço	Século 20	6.00 x 24.50 x 1.20 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_006	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Compasso		Aço	Século 20	7.00 x 21.00 x 2.50 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_007	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Compasso com mola		Aço	Século 20	10.00 x 19.50 x 3.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_008	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Paquímetro		Aço	Século 20	23.50 x 8.00 x 1.50 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_009	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Prumo		Ferro	Século 20	8.00 x 4.00 x 4.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_010	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Peça produzida pelo próprio artesão sem designação específica		Ferro	Século 20	7.00 x 4.00 x 2.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_011	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Tesoura		Ferro	Século 20	7.00 x 18.00 x 1.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_012	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Régua tipo "T"		Aço	Século 20	14,5 x 10.00 x 0.50 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_013	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Canivete adaptado para uso específico (?)		Ferro	Século 20	1.50 x 14.00 x 1.50 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_014	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Canivete		Ferro e osso	Século 20	3.00 x 19.00 x 1.50 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_015	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Caixa de instrumentos de medição		Madeira e ferro	Século 20	9.50 x 27.00 x 14.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_016	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Paquímetro		Aço	Século 20	22.50 x 7.50 x 1.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_017	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica			Tecido	Século 20	22.50 x 7.00 x 0.10 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_018	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Régua		Aço	Século 20	17.00 x 2.00 x 0.10 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_019	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Caixa de instrumentos de medição		Madeira e ferro	Século 20	1.50 x 24.00 x 9.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva

RS_020	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - Os Três Príncipes Coroados		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_021	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - No Reino dos Bichos		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_022	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - A Serpente Negra		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_023	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - A Festa das Lanternas		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_024	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - Pedro Maladartes		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_025	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - O Coração que Vê Tudo		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_026	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - A Maravilhosa História de José		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_027	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - O Isqueiro Encantado		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_028	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - O Cavaleiro do Cisne		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_029	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Carteira Profissional		Papel e plástico	Século 20	6.00 x 0.10 x 9.50 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_030	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Carteira da União dos Aposentados e Pensionistas		Papel e plástico	Século 20	7.00 x 0.10 x 10.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_031	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Carteira INAMPS		Papel e plástico	Século 20	11.00 x 0.10 x 8.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_032	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Carteira nacional de habilitação		Papel e plástico	Século 20	7.00 x 0.10 x 10.50 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_033	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Troféu do jogo de bocha		Madeira; metal	Século 20	15.00 x 5.00 x 13.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_035	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Geografia - 1ª série (de acordo com o programa de Ensino Fundamental)		Papel	Século 20	19.5 x 14 x 2 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_036	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	História Natural para a terceira série ginásial		Papel	Século 20	19.5 x 14 x 2 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_037	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	História Geral para o Primeiro Ano Ginásial		Papel	Século 20	19.5 x 14 x 2 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_038	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Geografia dos principais países - 4ª série		Papel	Século 20	19.5 x 14 x 2 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_039	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto – Cumprimento de uma promessa		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_040	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - O gigante da fama		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_041	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - O caçador sem medo		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_042	Mundos do trabalho	Sala CL1	Mecânica	Livreto - Os irmãos pastores		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
RS_043	Mundos do trabalho	Sala CL1		Livreto - As extraordinárias aventuras de Robinson Crusoe		Papel	Século 20	20.00 x 1.00 x 15.00 [A x L x C]		Rodrigo da Silva
PINA-001	Para Entender o Museu	BL1	O edifício e a transição	FESTA ESCOLAR NO IPIRANGA	ADOLFO PINA 1912	Pintura	1912	99 x 150 [A x L]		Pinacoteca do Estado de São Paulo

Coleção/Fundo	Valor Individual
IPHAN	R\$ 20.000,00
	R\$ 10,00
	R\$ 5,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 50,00
	R\$ 15,00
	R\$ 50,00
	R\$ 35,00
	R\$ 20,00
	R\$ 20,00
	R\$ 20,00
	R\$ 5,00
	R\$ 0,50
	R\$ 40,00
	R\$ 20,00
	R\$ 20,00
	R\$ 20,00
	R\$ 20,00
	R\$ 50,00
	R\$ 50,00
	R\$ 50,00
	R\$ 50,00
	R\$ 40,00
	R\$ 40,00
	R\$ 40,00
	R\$ 40,00
	R\$ 40,00
	R\$ 15,00
	R\$ 2,00
	R\$ 2,00
	R\$ 5,00
	R\$ 50,00
	R\$ 50,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 15,00
	R\$ 20,00
	R\$ 50,00
	R\$ 10,00
	R\$ 3,00
	R\$ 5,00
	R\$ 15,00
	R\$ 20,00
	R\$ 30,00
	R\$ 20,00
	R\$ 30,00
	R\$ 40,00
	R\$ 5,00
	R\$ 30,00
	R\$ 2,00
	R\$ 10,00
	R\$ 3,00
	R\$ 1.300,00
	R\$ 50,00
	R\$ 500,00
	R\$ 400,00
	R\$ 3,00
	R\$ 10,00
	R\$ 30,00
	R\$ 50,00
	R\$ 40,00

	R\$ 20,00
	R\$ 40,00
	R\$ 20,00
	R\$ 15,00
	R\$ 30,00
	R\$ 20,00
	R\$ 10,00
	R\$ 20,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 50,00
	R\$ 50,00
	R\$ 5,00
	R\$ 950,00
	R\$ 500,00
	R\$ 450,00
	R\$ 450,00
	R\$ 300,00
	R\$ 480,00
	R\$ 5,00
	R\$ 0,50
	R\$ 0,50
	R\$ 0,50
	R\$ 1,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 5,00
	R\$ 1,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 15,00
	R\$ 250,00
	R\$ 5,00
	R\$ 150,00
	R\$ 1,00
	R\$ 10,00
	R\$ 100,00
	R\$ 40,00
	R\$ 5,00
	R\$ 50,00
	R\$ 10,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 5,00
	R\$ 15,00
	R\$ 5,00
	R\$ 15,00
	R\$ 15,00
	R\$ 10,00
	R\$ 1,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 1,00
	R\$ 5,00

	R\$ 15,00
	R\$ 1,00
	R\$ 15,00
	R\$ 80,00
	R\$ 10,00
	R\$ 1,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 20,00
	R\$ 15,00
	R\$ 15,00
	R\$ 10,00
	R\$ 15,00
	R\$ 15,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 40,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 50,00
	R\$ 50,00
	R\$ 10,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 30,00
	R\$ 10,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 5,00
	R\$ 50,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 5,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 1,00
	R\$ 80,00
	R\$ 70,00
	R\$ 50,00
	R\$ 40,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 40,00
	R\$ 40,00
	R\$ 10,00

	R\$ 10,00
	R\$ 20,00
	R\$ 20,00
	R\$ 10,00
	R\$ 30,00
	R\$ 30,00
	R\$ 50,00
	R\$ 10,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 15,00
	R\$ 25,00
	R\$ 5,00
	R\$ 1,00
	R\$ 25,00
	R\$ 30,00
	R\$ 25,00
	R\$ 20,00
	R\$ 20,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 8,00
	R\$ 15,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 8,00
	R\$ 5,00
	R\$ 5,00
	R\$ 10,00
	R\$ 10,00
	R\$ 5,00
	R\$ 10,00
	R\$ 5,00
	R\$ 1,00
	R\$ 2.000,00
	R\$ 2.000,00
	R\$ 6.000,00
	R\$ 40.000,00
	R\$ 1.000,00
	R\$ 2.000,00
	R\$ 2.500,00
	R\$ 6.000,00
	R\$ 5.000,00
	R\$ 1.000,00
	R\$ 2.500,00
	R\$ 2.000,00
	R\$ 2.000,00
	R\$ 800,00
	R\$ 800,00
	R\$ 400,00
	R\$ 1.300,00
	R\$ 2.000,00
	R\$ 2.000,00
	R\$ 2.000,00
	R\$ 5.000,00
	R\$ 3.000,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 3.000,00
	R\$ 700,00

	R\$ 2.000,00
	R\$ 1.000,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 990,00
	R\$ 1.490,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.500,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 3.700,00
	R\$ 3.700,00
	R\$ 3.700,00
	R\$ 3.700,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.400,00
	R\$ 1.400,00
	R\$ 1.400,00
	R\$ 1.400,00
	R\$ 1.400,00
	R\$ 1.400,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.200,00
	R\$ 1.250,00
	R\$ 3.600,00
	R\$ 1.400,00
	R\$ 1.000,00
	R\$ 4.000,00
	R\$ 2.500,00
	R\$ 4.000,00
	R\$ 1.300,00
	R\$ 2.800,00
	R\$ 910,00
	R\$ 1.500,00
	R\$ 150.000,00
	R\$ 1.000,00
	R\$ 600,00
	R\$ 600,00
	R\$ 600,00
	R\$ 600,00
	R\$ 600,00
	R\$ 800,00
	R\$ 400,00
	R\$ 400,00
	R\$ 300,00
	R\$ 400,00
	R\$ 400,00
	R\$ 400,00
	R\$ 600,00
	R\$ 300,00
	R\$ 2.000,00
	R\$ 50,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00

	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 1.000,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 500,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
	R\$ 100,00
Pinacoteca	R\$ 1.000.000,00
TOTAL	R\$ 1.368.948,00

## Subanexo II

### CONDIÇÕES CONTRATUAIS SEGURO DE OBRAS DE ARTES E RARIDADES

#### SUMÁRIO

<b>I. CONDIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3</b>
ESTRUTURA DESTE CONTRATO DE SEGURO .....	3
DEFINIÇÕES .....	3
1. OBJETIVO DO SEGURO .....	6
2. FORMA DE CONTRATAÇÃO E GARANTIA .....	6
3. LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO POR COBERTURA CONTRATADA (LMI) .....	6
4. LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA DA APÓLICE (LMG) .....	6
5. ÂMBITO GEOGRÁFICO .....	6
6. BENS GARANTIDOS E RISCOS COBERTOS .....	7
7. BENS NÃO GARANTIDOS .....	7
8. EXCLUSÕES GERAIS .....	7
9. LIMITES E VALOR ACORDADO / DECLARADO .....	10
10. ACEITAÇÃO, MODIFICAÇÃO, RENOVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SEGURO .....	10
11. INÍCIO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SEGURO OU DE SUA ALTERAÇÃO .....	11
12. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES .....	12
13. PAGAMENTO DE PRÊMIO .....	13
14. CANCELAMENTO DO SEGURO .....	14
15. COMUNICAÇÃO, LIQUIDAÇÃO E INDENIZAÇÃO DO SINISTRO .....	15
16. DOCUMENTOS BÁSICOS NECESSÁRIOS EM CASO DE SINISTRO .....	16
17. FRANQUIA E/OU PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO .....	17
18. REDUÇÃO E REINTEGRAÇÃO DOS LIMITES DA APÓLICE .....	17
19. PERDA DE DIREITOS .....	17
20. SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS .....	18
21. INSPEÇÃO .....	19
22. ARBITRAGEM .....	19
23. CESSÃO DE DIREITOS .....	19
24. CADUCIDADE DO SEGURO .....	19
25. SALVADOS .....	19
26. SALVAGUARDAS DE PROTEÇÃO .....	20
27. DIREITO DE RECOMPRA .....	20
28. PROVA DO SINISTRO E DOCUMENTOS E PROVA DO SEGURO .....	20
29. PRESCRIÇÃO .....	21
FORUM .....	21
30. DISPOSIÇÕES FINAIS, NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES .....	21

**CONDIÇÕES GERAIS  
SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

**II. CONDIÇÕES ESPECIAIS..... 22**

- 1. COBERTURA BÁSICA I: COLEÇÕES (Pessoa Jurídica ou Pessoa Física) .....22
- 2. COBERTURA BÁSICA II: EXPOSIÇÕES .....24

**III. CONDIÇÕES PARTICULARES..... 26**

- 1. COBERTURA ADICIONAL I: INCLUSÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE MONTAGEM E/OU CENOGRAFIA DE EXPOSIÇÕES .....26
- 2. COBERTURA ADICIONAL II: GUERRA (NO LOCAL EM RISCO E EM TRANSPORTE).....27
- 3. COBERTURA ADICIONAL III: TERRORISMO E/OU SABOTAGEM (NO LOCAL EM RISCO E/OU EM TRANSPORTE) .....28
- 4. COBERTURA ADICIONAL IV: GREVE, TUMULTO E COMOÇÃO CIVIL (NO LOCAL EM RISCO E/OU EM TRANSPORTE).....29
- 5. COBERTURA ADICIONAL V – TRANSPORTE INTERNACIONAL.....30
- 6. COBERTURA ADICIONAL VI – TRANSPORTE NACIONAL .....31

## CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

### I. CONDIÇÕES GERAIS

#### ESTRUTURA DESTE CONTRATO DE SEGURO

1. Este contrato de seguro está subdividido em três partes assim denominadas: Condições Gerais, Condições Especiais e Condições Particulares, as quais em conjunto recebem o nome de “Condições Contratuais”, fazendo parte integrante e inseparável desta apólice.
2. **Condições Gerais:** são as cláusulas comuns a todas as coberturas e/ou modalidades desta apólice de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos do Segurado e da Seguradora.
3. **Condições Especiais:** conjunto de cláusulas relativas a cada uma das garantias contratadas, que eventualmente alteram as Condições Gerais, onde são descritos os riscos cobertos e não cobertos em cada cobertura e em cada modalidade.
4. **Condições Particulares:** conjunto de cláusulas que alteram as Condições Gerais e/ou Especiais deste seguro, modificando disposições já existentes, ou, ainda, introduzindo novas disposições e eventualmente ampliando ou restringindo a cobertura, assim classificadas:
  - 4.1. **Coberturas Adicionais:** cobrem riscos excluídos implícita ou explicitamente das Condições Gerais e/ou Especiais, assim como ampliam coberturas já contempladas nas mesmas.
  - 4.2. **Cláusulas Específicas:** alteram disposições das Condições Gerais, das Condições Especiais e/ou Coberturas Adicionais.

#### DEFINIÇÕES

Para fins deste seguro, considera-se:

**ACEITAÇÃO DO RISCO:** É a aprovação, pela Seguradora, de proposta de seguro a ela submetida pelo Proponente para a contratação do seguro, após a análise do risco.

**APÓLICE:** Documento que formaliza o contrato de seguro celebrado entre o Segurado e a Seguradora que discrimina o bem ou interesse segurado, as coberturas contratadas e direitos e obrigações do Segurado e Seguradora.

**ARBITRAGEM:** É a resolução de um conflito por um terceiro, fora do âmbito do Poder Judiciário, denominado Juízo Arbitral, a cuja decisão se submetem as partes em litígio.

**AVISO DE SINISTRO:** Comunicação escrita da ocorrência de um sinistro que o Segurado é obrigado a fazer a Seguradora, assim que dele tenha conhecimento.

**BENEFICIÁRIO:** A pessoa física ou jurídica, ou ente despersonalizado, eventualmente nomeada formalmente pelo Segurado e formalmente aceita pela Seguradora, à qual deverá ser paga a indenização em caso de sinistro coberto, nos termos do Código Civil Brasileiro e desta apólice.

**BENS:** Todas as coisas colecionáveis, incluindo mas não se limitando a pinturas, esculturas, móveis e imóveis de antiguidades, direitos e ações, apreciáveis economicamente e que são objetos de arte e colecionáveis, sendo excluída qualquer propriedade que seja predial ou itens domésticos.

**CADUCIDADE DO SEGURO:** É a anulação de sua cobertura em consequência de faltas ou infrações cometidas pelo Segurado, devido ao não cumprimento das condições da apólice.

**COBERTURA:** É a designação genérica dos riscos assumidos pelo Segurador.

**COMOÇÃO CIVIL:** Transtorno substancial da paz pública por três ou mais pessoas agindo com intenção comum.

**CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:** Coexistência de várias apólices, cobrindo os mesmos riscos.

**DANO:** É o prejuízo sofrido pelo Segurado, indenizável ou não, de acordo com as condições de sua apólice.

**DEPRECIAÇÃO:** Redução do valor de um bem em consequência de um risco coberto.

## CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

**DIREITO À SUB-ROGAÇÃO OU DIREITO AO REGRESSO:** Direito que a lei confere à Seguradora, que pagou a indenização ao Segurado, de assumir seus direitos contra terceiros, responsáveis pelos prejuízos.

**DISPENSA DO DIREITO À SUB-ROGAÇÃO OU DISPENSA DO DIREITO DE REGRESSO:** A Seguradora abre mão de exercer seus direitos contra terceiros, nomeados na apólice, responsáveis pelos prejuízos.

**DOLO:** Má-fé; qualquer ato consciente por meio do qual alguém induz, mantém ou confirma outrem em erro; vontade conscientemente dirigida com a finalidade de obter um resultado criminoso.

**ENDOSSO OU ADITIVO:** É o documento pelo qual a Seguradora formaliza qualquer alteração na apólice de seguro, de comum acordo com o Segurado.

**ESTIPULANTE:** É a pessoa física ou jurídica que contrata um seguro por conta de outrem (Segurado).

**FRANQUIA:** É a percentagem ou importância que fica sob a responsabilidade do Segurado, caso ocorra um sinistro. É um valor inicial da Importância Segurada assumido pelo Segurado, que pode ser complementado por uma participação obrigatória nos prejuízos que vierem a ocorrer.

**GARANTIA:** Termo utilizado para determinar a obrigação, assumida pela Seguradora, de indenizar o Segurado, mediante contrato de seguro, na eventualidade de realização de evento coberto.

**GOLPE DE ESTADO:** Mudança repentina no governo por meios não democráticos e provocada pelo uso ou ameaça de violência.

**GUERRA:** Ação(ões) hostil(is), declarada(s) ou não, entre duas ou mais nações ou estados.

**GUERRA MUNDIAL:** Invasões, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades (seja guerra declarada ou não) entre quaisquer dos seguintes países: Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Estados Unidos da América, República da França, Federação Russa, República Popular da China.

**GUERRA CIVIL:** Conflito hostil por meio de forças armadas travado entre cidadãos oponentes de um mesmo país ou nação.

**IMPORTÂNCIA SEGURADA:** É o valor específico de cada cobertura, atribuído pelo Segurado conforme contratado na apólice.

**INDENIZAÇÃO:** Valor que a Seguradora deve pagar ao Segurado ou Beneficiário em caso de sinistro coberto pelo contrato de seguro, não podendo ultrapassar, em hipótese alguma, o Limite Máximo de Indenização da Cobertura contratada e o Limite Máximo de Garantia da apólice.

**INSURREIÇÃO:** Revolta violenta de cidadãos em resistência ao seu governo.

**LIQUIDAÇÃO DE SINISTRO:** Pagamento da indenização (ou reembolso) relativa a um sinistro.

**LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA:** Representa todos os valores máximos caracterizados na apólice, de responsabilidade da Seguradora com relação à indenização durante a vigência da apólice. Encontra-se indicado na Especificação do Seguro anexo à apólice.

**LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO/RESPONSABILIDADE:** É o valor máximo de indenização pelo qual a Seguradora se responsabiliza em cada cobertura contratada, e mencionada na apólice.

**OBJETO DO SEGURO:** Designação genérica dada a todo interesse que se quer segurar, seja este uma coisa, um bem, uma pessoa, uma responsabilidade, uma obrigação ou uma garantia.

**PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO:** É a parte do prejuízo em que em caso de sinistro correrá por conta do Segurado.

**PRAZO CURTO:** É o cálculo do período de seguro feito por prazo inferior a um ano, mediante a aplicação de um percentual do custo anual. As condições do prazo curto implicam em um prêmio proporcionalmente maior que o pró-rata temporis.

**PREJUÍZO:** Qualquer dano ou perda sofrida pelos bens ou interesses segurados em razão da ocorrência de sinistro com os bens ou interesses segurados.

**PRÊMIO:** Importância paga pelo Segurado ou Estipulante/Proponente à Seguradora para que esta assuma a responsabilidade do risco a que o Segurado está exposto.

## CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

**PRIMEIRO RISCO ABSOLUTO:** É o tipo de contratação de seguro em que a Seguradora responde pelos prejuízos cobertos realmente verificados, até o limite máximo de indenização da apólice.

**PRÓ-RATA TEMPORIS:** É o cálculo do prêmio do seguro, proporcional aos dias de vigência do contrato.

**PROPONENTE:** Pessoa física ou jurídica que se dispõe a contratar o seguro junto a Seguradora.

**PROPOSTA:** Documento que precede a emissão da apólice, contendo declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido pela Seguradora, do risco e do Segurado, com base nos quais a Seguradora decidirá se aceita contratar o seguro ou não e, caso aceite, calculará o valor do Prêmio.

**REBELIÃO:** Resistência deliberada, organizada e aberta, por meio de Força e Armas, contra as leis ou operações de um governo, cometida por seus cidadãos.

**REEMBOLSO:** Devolução, pela Seguradora, dos valores totais ou parciais pagos com recursos próprios do Segurado no caso de eventos e/ou sinistros cobertos pelo seguro contratado.

**REGULAÇÃO DE SINISTRO:** É o procedimento administrativo por meio do qual, a partir do recebimento do Aviso de sinistro por parte do Segurado, a Seguradora procede à averiguação das causas, valores e circunstâncias necessárias à sua caracterização, bem como do cumprimento das obrigações legais e contratuais, e do montante estimado dos prejuízos eventualmente incorridos.

**RESTITUIÇÃO DE PRÊMIO:** devolução de parte do prêmio pago em virtude de qualquer redução de cobertura ou de valores Segurados do contrato, expressamente aceita pela Seguradora.

**REVOLUÇÃO:** A derrubada de um regime ou sistema político por seus cidadãos.

**RISCO:** Evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independentemente da vontade do Segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

**ROUBO:** Subtração da coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, conforme definido no Artigo 157 do Código Penal Brasileiro.

**SABOTAGEM:** Para os fins deste seguro, independentemente de outros significados que possam ser empregados, um ato de Sabotagem significa um ato ou série de atos subversivos cometidos por motivação política, religiosa ou ideológica, inclusive com a intenção de influenciar qualquer governo e/ou para tornar o público temeroso de tais atos/propósitos.

**SALVADOS:** São bens tangíveis resgatados de um sinistro, afetados ou não por danos materiais, que tenham valor comercial.

**SEGURADO:** É a pessoa, física ou jurídica, que tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício pessoal ou de terceiro.

**SEGURADORA/SEGURADOR:** Empresa autorizada pela SUSEP a funcionar no Brasil e que, recebendo o prêmio, assume os riscos descritos no contrato de seguro.

**SINISTRO:** Ocorrência de acontecimento previsto no contrato de seguro e que cause prejuízos ao Segurado.

**SUBSTÂNCIAS TÓXICAS E POLUENTES:** São materiais poluentes, contaminantes, irritantes, tóxicos ou perigosos, sejam esses sólidos, líquidos, gasosos ou térmicos, ou qualquer substância cuja presença, existência ou liberação ameace a saúde, segurança ou bem-estar de pessoas ou do meio-ambiente.

**SUSEP:** Superintendência de Seguros Privados.

**TABELA DE PRAZO CURTO:** Tabela aplicada para calcular o prêmio de seguro com duração inferior a um ano, onde a exposição ao Risco é presumivelmente maior, e também para cálculo de restituições em caso de cancelamento do seguro antes da data prevista para final de vigência da apólice.

**TERCEIRO:** Qualquer pessoa que para efeito de cobertura não tenha relação de parentesco com o Segurado e nenhum tipo de relacionamento ou dependência econômico - financeira com ele. Terceiro também pode ser todo aquele que causar dano e contra qual a Seguradora exercerá o seu direito de sub-rogação independentemente de qualquer relação de parentesco ou dependência econômica.

## **CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

**TERRORISMO:** Para os fins deste seguro, independentemente de outros significados que possam ser empregados, um Ato de Terrorismo significa um ato ou série de atos, incluindo o uso de força ou violência, de qualquer pessoa ou grupo(s) de pessoas, agindo sozinha(s) ou em nome ou em conexão com qualquer organização, cometidos por motivação política, religiosa ou ideológica, inclusive com a intenção de influenciar qualquer governo e/ou para tornar o público temeroso de tais atos/propósitos.

**TUMULTO:** Perturbação violenta, por três ou mais pessoas reunidas, que ameaça a paz pública.

**VÍCIO INTRÍNSECO:** Condição natural de certas coisas, que as torna suscetíveis de se destruir ou avariar, espontaneamente e sem intervenção de qualquer causa exterior.

**VIGÊNCIA DO SEGURO:** Período de tempo fixado para a validade do seguro ou cobertura.

**VISTORIA OU INSPEÇÃO DE RISCO:** É a inspeção prévia de segurança e estrutura feita por peritos habilitados, de modo a qualificar e quantificar os potenciais danos ou prejuízos que podem ser sofridos pelo objeto Segurado. Pode ser requerida nos casos previstos neste Manual, ou a qualquer momento para verificar as condições dos imóveis Segurados, mediante comunicação ao corretor e ao Segurado.

### **1. OBJETIVO DO SEGURO**

- 1.1. O presente seguro tem por objetivo garantir o pagamento de indenização ao Segurado por prejuízos que o mesmo possa sofrer em consequência direta da ocorrência de danos ou perdas conforme os Riscos previstos e cobertos e dentro dos limites da apólice, sob os termos destas Condições Gerais e das Condições Especiais, expressa e obrigatoriamente convencionadas nesta apólice e da(s) Cláusula(s) Particular (es) estabelecida(s) pela Seguradora.

### **2. FORMA DE CONTRATAÇÃO E GARANTIA**

- 2.1. Todas as modalidades do seguro serão contratadas a Primeiro Risco Absoluto, não estando sujeito à aplicação de Rateio. Nesta forma de contratação, a Seguradora responde integralmente pelos prejuízos decorrentes de riscos cobertos até os respectivos Limites Máximos de Indenização (LMI).

### **3. LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO POR COBERTURA CONTRATADA (LMI)**

- 3.1. O Limite Máximo de Indenização é o valor fixado na Apólice, que representa o valor máximo a ser pago pela Seguradora em decorrência de um ou mais sinistros, ocorridos durante a Vigência do seguro.
- 3.2. Os Limites Máximos de Indenização (LMI) são específicos de cada cobertura contratada, não sendo admissível, durante todo prazo de Vigência deste seguro, a transferência do Limite Máximo de Indenização de uma cobertura para outra.
- 3.3. O Segurado, a qualquer tempo, poderá subscrever nova Proposta ou solicitar emissão de Endosso, para alteração do Limite Máximo de Indenização por cobertura contratada, ficando a critério da Seguradora sua aceitação e alteração do Prêmio, quando couber.

### **4. LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA DA APÓLICE (LMG)**

- 4.1. O Limite Máximo de Garantia é o limite máximo que a Seguradora pagará ao Segurado, por todos os sinistros ocorridos durante a vigência do seguro, independentemente das coberturas afetadas.

### **5. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

- 5.1. Mundial.

## CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

### 6. BENS GARANTIDOS E RISCOS COBERTOS

- 6.1. Os bens e/ou interesses garantidos pelo presente seguro são aqueles listados na apólice e definidos nas Condições Especiais e Particulares, que formam juntos com estas Condições Gerais parte da mesma apólice.
- 6.2. Para os fins deste seguro consideram-se “Riscos Cobertos” as perdas e danos materiais decorrentes de qualquer causa, exceto as perdas, danos e consequências expressamente previstas nas Exclusões destas Condições Gerais, nas Condições Especiais, Cláusulas Particulares e especificação desta apólice.
- 6.3. A presente cobertura responderá também por perdas e/ou danos materiais decorrentes de:
- a) Impossibilidade de remoção ou proteção dos salvados, por motivos de força maior;
  - b) Providências tomadas pelo Segurado e/ou Beneficiário do seguro, para o combate à propagação dos riscos cobertos;
  - c) Eventuais desembolsos efetuados pelo Segurado, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro coberto e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo Segurado e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro coberto, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estarão garantidos pelo presente seguro, limitados ao Limite Máximo de Indenização (LMI) de cada bem segurado. Fica entendido e acordado que não há aplicação de franquia para estas despesas de Salvamento.
- 6.3.1. Para todos os fins e efeitos, não são consideradas “medidas imediatas ou ações emergenciais”, as despesas incorridas com:
- a) Manutenção, segurança, conserto, renovação, reforma, substituição preventiva, ampliação e outras afins inerentes ao ramo de atividade do Segurado;
  - b) Medidas inadequadas, inoportunas, desproporcionais ou injustificadas, entendidas como sendo providências tomadas sem qualquer relação direta com incidente coberto pelo seguro, assim como quando tais providências forem tomadas de maneira extemporânea. O Segurado se obriga a avisar imediatamente a Seguradora, qualquer incidente, ou ao receber uma ordem de autoridade competente, que possa gerar pagamento de indenização nos termos aqui estabelecidos. Além disso, o Segurado se obriga a executar tudo o que lhe for exigido para limitar as despesas ao que seja necessário e objetivamente adequado para conter o evento. O Segurado suportará as despesas efetuadas para a contenção de eventos não abrangidos pelas coberturas contratadas na apólice. Na hipótese de o Segurado adotar medidas para o salvamento e contenção de eventos cobertos e não cobertos, as despesas serão rateadas proporcionalmente entre Seguradora e Segurado.
- 6.4. É obrigatória a contratação de uma das coberturas básicas – COBERTURA BÁSICA I: COLEÇÕES (Pessoa Jurídica ou Pessoa Física) ou COBERTURA BÁSICA II: EXPOSIÇÕES. As coberturas adicionais são de contratação facultativa e poderão ser contratadas isoladamente entre si.

### 7. BENS NÃO GARANTIDOS

- 7.1. Na apólice não estão garantidos os bens que:
- a) Não estejam declarados no momento da contratação do seguro e/ou incluídos através de endosso;
  - b) Sejam objeto de contrabando e/ou comércio ilegal;
  - c) Não se enquadram expressamente nas Condições Especiais e especificação da apólice.

### 8. EXCLUSÕES GERAIS

Exceto quando houver uma negociação prévia junto à Seguradora para revogar algumas das exclusões abaixo, através de Cláusula Particular, as seguintes exclusões são aplicáveis. Portanto, esta apólice não responderá pelos prejuízos, danos ou perdas que se verificarem em consequência, direta ou indireta, de:

- 8.1. Todos os tipos de eventos, riscos ou coberturas amparados no ramo de Responsabilidade Civil;

**CONDIÇÕES GERAIS  
SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

- 8.2. Atos ou quaisquer imposições de autoridades públicas ou governamentais ou locais ou civis de qualquer portaria ou lei que regule a reconstrução, reparo ou demolição de qualquer propriedade segurada nos termos deste contrato, salvo para evitar propagação de danos cobertos por esta apólice;
- 8.3. Atos de confisco, nacionalização, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar, e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências;
- 8.4. Qualquer multa ou penalidade ou investigação incorrida pelo Segurado ou imposta por qualquer tribunal, órgão governamental, autoridade pública ou privada ou qualquer outra pessoa;
- 8.5. Atos de Terrorismo (Circular SUSEP n.º 168 de 31/10/2001) e/ou de Atos de Sabotagem, cabendo à Seguradora comprovar com documentação hábil, acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, salvo se contratada a cobertura adicional de Terrorismo e/ou Sabotagem;
- 8.6. Guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades ou operações bélicas (haja guerra declarada ou não), guerra civil, rebelião, revolução, motim, insurreição, comoção civil assumindo as proporções de um levante, poder militar ou usurpado, salvo se contratada a cobertura adicional de Guerra;
- 8.7. Guerra mundial;
- 8.8. Greve, tumulto e comoção civil;
- 8.9. Acidente, dano, perda, responsabilidade ou despesa ocasionada direta ou indiretamente por, atribuída a, ou resultante de qualquer arma química, biológica, bioquímica, ou qualquer tipo de emissão, liberação, descarga, dispersão ou escape químico ou biológico ou exposição química ou biológica;
- 8.10. Perda ou dano direta ou indiretamente resultantes de, ou em consequência da emissão, liberação, descarga, dispersão, escape ou qualquer tipo de exposição a amianto;
- 8.11. Utilização ou operação, como meio de causar prejuízo, de qualquer meio eletromagnético, computador, modem, impressoras e roteadores, ou programa, sistema ou por introdução de qualquer forma de vírus de computador, ou ataques por hackers, ou instruções ou códigos corrompidos ou não autorizados;
- 8.12. Radiações ionizantes ou de quaisquer emanções havidas na produção, transporte, utilização e/ou neutralização de materiais físséis e seus resíduos, ainda que resultantes de testes e experiências, bem como de explosões provocadas com qualquer finalidade;
- 8.13. Contaminação e/ou poluição, decorrente de emissão, descarga, dispersão, desprendimento, escape, emanção, vazamento, ou derrame de substâncias tóxicas ou poluentes, onde quer que se origine, a menos que seja consequente, de forma direta e imediata, de riscos previstos e cobertos por este seguro, e, desde que os bens atingidos, além de contaminados e/ou poluídos, tenham sofrido outras avarias aparentes, tais como, amassamento, arranhadura ou queimaduras;
- 8.14. Acidentes relacionados com o uso, pacífico ou bélico, de energia nuclear;
- 8.15. Interrupção de Negócios e/ou cobertura de contingência de qualquer natureza, considerando-se como emergentes as perdas, danos ou despesas não relacionadas diretamente com a reparação ou reposição dos bens cobertos, tais como, entre outros, lucros cessantes, lucros esperados, danos punitivos ou exemplares, danos morais, multas, penalidades, juros, obrigações fiscais, tributárias e/ou judiciais, demoras de qualquer espécie, perda de mercado ou desvalorização dos bens em consequência de retardamento, ou ainda, prejuízos resultantes da proibição de uso por medidas sanitárias, desinfecções, quarentena e fumigações;
- 8.16. Perda ou danos causados por fatores que incluem, mas não se limitam a interrupção, flutuação ou variação ou insuficiência de suprimentos e água, gás ou eletricidade e telecomunicações ou qualquer outro tipo de serviço;
- 8.17. Estelionato por parte do Segurado Original, apropriação indébita por parte do Segurado Original, apropriação de coisa havida por erro e extorsão indireta;
- 8.18. Desaparecimento Inexplicável;
- 8.19. Extorsão mediante sequestro;
- 8.20. Danos causados por caso fortuito ou de força maior;

**CONDIÇÕES GERAIS**  
**SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

- 8.21. Riscos provenientes de contrabando, transporte ilegal ou comércio ilegal;
- 8.22. Desgaste pelo uso, deterioração gradativa, vício próprio ou intrínseco, corrosão, incrustação, ferrugem, variação atmosférica, umidade gradual, ataques de animais, insetos, bactérias ou pragas, escassez de água, ação de luz ou luz solar insuficiente, e de qualquer outra causa que produza deterioração gradual;
- 8.23. Danos pré-existentes, declarados ou não;
- 8.24. Danos causados durante processos de conservação, limpeza, retoques ou restauração;
- 8.25. Defeito latente e/ou desarranjo mecânico e/ou defeito elétrico do próprio bem segurado;
- 8.26. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo, exclusiva e comprovadamente, praticados intencionalmente pelo Segurado, pelos Beneficiários, ou pelos representantes, de um ou do outro. Em se tratando de pessoa jurídica, a exclusão de que trata essa alínea, se refere também aos atos praticados pelos seus sócios controladores, dirigentes, administradores, Beneficiários, assim como pelos representantes destas pessoas;
- 8.27. Falha ou mau funcionamento de qualquer equipamento e/ou programa de computador em reconhecer corretamente, interpretar e/ou processar e/ou distinguir e/ou salvar qualquer data como real e correta data de calendário, ainda que continue a funcionar corretamente após aquela data. Da mesma forma, a Seguradora não responderá pelas reclamações de indenização decorrentes de qualquer ato, falha, inadequação, incapacidade, inabilidade ou decisão do Segurado ou de terceiros, relacionado com a não utilização ou não disponibilidade de qualquer propriedade ou equipamento de qualquer tipo, espécie ou qualidade, em virtude do risco de reconhecimento, interpretação ou processamento de datas do calendário;
- 8.28. Ataque cibernético;
- 8.29. Perdas, danos, destruição, distorção, rasura, adulteração ou alteração de dados eletrônicos decorrentes de qualquer causa (incluindo, mas não limitada a vírus de computador), ou perda de uso, redução na funcionalidade, custo, despesa de qualquer natureza resultante disso, independentemente de qualquer outra causa ou acontecimento, contribuindo paralelamente ou em consequência do sinistro. Dados eletrônicos significam fatos, conceitos e informações convertidas para uma forma adaptada para comunicações, interpretação ou processo por processamento de dados eletrônicos e eletronicamente e inclui programas, "softwares" e outras instruções codificadas para o processamento e manipulação de dados ou o controle e a manipulação de tal equipamento. Vírus de computador é entendido como sendo o conjunto de instruções ou códigos adulterados, danosos ou de outra forma não autorizados, incluindo um conjunto de instruções ou códigos de má-fé, sem autorização, programáveis ou de outra forma, que se propaguem através de um sistema de computador ou rede de qualquer natureza. Vírus de computador inclui, mas não está limitado a "cavalos de tróia", "minhoca", "bombas relógio" e "bombas lógicas";
- 8.30. Ação constante de umidade, ação de luz, variação atmosférica brusca e infiltrações que poderiam ser evitadas e/ou controladas;
- 8.31. Ação de qualquer inseto ou roedor, animais daninhos, fungos, vermes, mofo, bolor, esporo ou outro microrganismo de qualquer tipo, natureza ou descrição, incluindo, entre outros, qualquer substância cuja presença represente uma ameaça real ou potencial à saúde humana;
- 8.32. Perdas decorrentes de cancelamento de exposição por qualquer motivo, inclusive epidemias e pandemias;
- 8.33. Qualquer perda, dano, responsabilidade, custo ou despesa diretamente consequente da transmissão (de fato ou alegada) de uma Doença Transmissível ou do medo ou ameaça de uma Doença Transmissível;
1. Qualquer responsabilidade, custo ou despesa para identificar, limpar, desintoxicar, remover, monitorar ou testagem de Doenças Transmissíveis;
  2. Qualquer responsabilidade ou perda, custo ou despesa consequente de qualquer perda de lucros, perda de aluguel, lucros cessantes, perda de mercado, atraso ou perda financeira indireta, de qualquer forma descrita, resultante de uma Doença Transmissível ou do medo ou ameaça de uma Doença Transmissível.

Para fins desta cláusula, Doença Transmissível significa qualquer doença, conhecida ou não, a qual pode

## CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

ser transmitida por meios de qualquer substância ou agente de qualquer organismo para outro organismo, onde:

A substância ou agente inclui, mas não se limita a um vírus, bactéria, parasita ou outro organismo ou qualquer variante ou mutação de qualquer destes, considerado vivo ou não, e o método de transmissão, seja direto ou indireto, inclui mas não se limita ao contato ou toque humano, transmissão aérea, transmissão por fluidos corporais, transmissão de ou por via qualquer objeto sólido ou superfície ou líquido ou gás, e a doença, substância ou agente pode, agindo sozinho ou em conjunção com outras comorbidades, condições, suscetibilidades genéticas, ou com o sistema imunológico, causar morte, doença ou permanentemente danificar a saúde humana mental ou física ou temporária ou permanentemente afeta o valor ou uso de propriedade de qualquer tipo.

### 9. LIMITES E VALOR ACORDADO / DECLARADO

- 9.1. Para os bens segurados especificados na apólice, deverá ser estipulado um valor acordado individual, que servirá de base para a determinação dos prêmios a serem cobrados.
- 9.2. A estipulação deste valor individual é de responsabilidade do Segurado e deverá obedecer ao princípio da máxima boa fé e ficará a critério da Seguradora aceitar ou solicitar revisão e/ou avaliação qualificada do valor do item.
- 9.3. Em caso de sinistro envolvendo mais de um item Segurado, em nenhuma hipótese o Segurado poderá reivindicar que o excesso de valor Segurado de um item seja utilizado para suprir a eventual falta em outro.

### 10. ACEITAÇÃO, MODIFICAÇÃO, RENOVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SEGURO

- 10.1. A aceitação do seguro está sujeita à análise do Risco e manifestação prévia da Seguradora.
- 10.2. O prazo da Seguradora para analisar o Risco, decidir e manifestar-se sobre a aceitação da Proposta de Seguro, preenchida e assinada pelo Proponente ou seu representante legal, recebida sob protocolo ou através de meio eletrônico, para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem em modificação do Risco, é de 15 (quinze) dias contados do seu recebimento. A ausência de manifestação, por escrito, no prazo previsto, caracterizará a aceitação tácita da proposta.
- 10.3. Prazo de 15 (quinze) dias previsto em 10.2 será suspenso se a Seguradora verificar que as informações contidas na Proposta de Seguro são insuficientes para a tomada de decisão, podendo ela solicitar ao Proponente a apresentação de novos documentos. A contagem do prazo de 15 (quinze) dias reiniciará a zero hora do dia seguinte à entrega dos documentos na Seguradora.
- 10.4. Na Proposta de Seguro deverão ser prestadas, pelo Proponente ou seu representante legal, todas as informações que permitirão à Seguradora avaliar as condições para aceitação ou recusa do Risco, sendo que a existência de omissões ou de declarações inverídicas determinará a nulidade do contrato, conforme o disposto no artigo 766 do Código Civil Brasileiro.
- 10.5. Ficará a critério da Seguradora a decisão de informar ou não, por escrito, ao proponente, ao seu representante legal ou corretor de seguros, sobre a aceitação da proposta, devendo, no entanto, obrigatoriamente, proceder à comunicação formal, no caso de sua não aceitação, justificando a recusa.
- 10.6. No caso de recusa do risco, para seguros com vigência inferior a 12 (doze) meses, a cobertura provisória se encerrará no exato momento desta recusa. Para seguros com vigência igual a 12 (doze) meses, com recusa da Proposta de Seguro dentro dos prazos previstos no item 10.2, a cobertura prevalecerá por mais 2 (dois) dias úteis, a serem contados a partir da data em que o Proponente, seu representante legal ou o corretor de seguros tiver conhecimento formal da recusa.
- 10.7. Os valores devidos a título de devolução de prêmios sujeitam-se à atualização monetária pela variação do índice estabelecido neste Contrato, a partir da data em que se tornarem exigíveis.
- 10.8. No caso de cancelamento do contrato: a partir da data de recebimento da solicitação de cancelamento ou a data do efetivo cancelamento, se o mesmo ocorrer por iniciativa da Seguradora.
- 10.9. No caso de recusa da Proposta de Seguro em que já tenha sido efetuado o pagamento do prêmio, deverá ser

## **CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

restituído ao proponente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de formalização da recusa da proposta, pelo menos, a diferença entre o valor pago pelo proponente e o valor correspondente ao período em que tiver prevalecido a cobertura.

- 10.10. Caso o prazo de 10 (dez) dias seja ultrapassado, o prêmio a que se refere o item 10.9 será atualizado monetariamente desde a data do seu recebimento pela variação positiva do IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apurada entre o último índice publicado antes da formalização da recusa e aquele publicado imediatamente anterior à data da efetiva devolução do prêmio.
- 10.11. Na hipótese da extinção do índice pactuado no item 10.10, deverá ser utilizado o índice que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
- 10.12. Na hipótese de recebimento indevido do prêmio, os valores devidos a título de devolução serão atualizados monetariamente, a partir da data de recebimento do prêmio, pela variação positiva do IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 10.13. Além da atualização monetária prevista no item 10.10, serão aplicados juros moratórios equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, do 1º dia útil posterior ao fim do prazo fixado para a devolução do prêmio sobre o valor a ser restituído ao Segurado.
- 10.14. Os demais valores (incluindo a indenização) das obrigações pecuniárias sujeitam-se à atualização monetária pela variação positiva do índice estabelecido no plano, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, a partir da data de exigibilidade.
- 10.15. Para efeito do item anterior, consideram-se a seguinte data de exigibilidade: data de ocorrência do evento.
- 10.16. A emissão e o envio e/ou disponibilização ao Segurado, por meio físico ou remoto, da apólice, da apólice de averbação, do endosso e do certificado individual deverão ser feitos em até quinze dias a partir da data de aceitação da proposta.
- 10.17. A disponibilização dos documentos deverá ser precedida de sua comunicação ao Segurado.
- 10.18. A renovação do seguro não é automática, devendo o Segurado encaminhar proposta renovatória, à Seguradora, com antecedência de, pelo menos, 15 (quinze) dias da data de término de vigência desta apólice.
- 10.19. A proposta renovatória obedecerá às normas específicas da cláusula 10ª destas Condições Gerais, mas o início de vigência coincidirá com o dia e horário de término do presente seguro.
- 10.20. No caso de o Segurado submeter a proposta renovatória em desacordo com o prazo estabelecido no item 10.18, a Seguradora poderá fixar, em caso de aceitação, a data de início de vigência do novo seguro diferentemente da data de término da vigência da apólice a ser renovada.
- 10.21. No período que preceder o término de vigência da presente apólice, o Segurado poderá manifestar expressamente sua vontade de renovar o seguro, mediante encaminhamento de nova proposta assinada, que deverá ser protocolizada na Seguradora que, no entanto, fixará as condições vigentes à época, submetendo o processo às mesmas regras previstas nesta cláusula para a aceitação do seguro.
- 10.22. O Segurado, a qualquer tempo, poderá subscrever nova proposta ou solicitar emissão de endosso, para alteração do limite da garantia contratualmente previsto, ficando a critério da Seguradora sua aceitação e alteração do prêmio, quando couber.

### **11. INÍCIO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SEGURO OU DE SUA ALTERAÇÃO**

- 11.1. A apólice e endossos terão seu início e término de vigência, às 24h (vinte e quatro horas) das datas indicadas nos respectivos documentos.
- 11.2. No caso de não haver menção de vigência na proposta, valerá como início de vigência a data do recebimento da referida proposta.
- 11.3. A vigência da presente apólice poderá ser estendida por endosso a ser emitido quando solicitado pelo Segurado e mediante pagamento de um prêmio adicional, desde que acordados previamente com a Seguradora.

**CONDIÇÕES GERAIS**  
**SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

**12. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES**

- 12.1. O Segurado que, na vigência do contrato, pretender obter novo seguro sobre os mesmos bens e contra os mesmos Riscos deverá comunicar sua intenção previamente, por escrito, a todas as Seguradoras envolvidas, sob pena de perda de direito.
- 12.2. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas coberturas deste seguro será constituído pela soma das seguintes parcelas:
- 12.2.1. Despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo Segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;
  - 12.2.2. Valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo Segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;
  - 12.2.3. Danos sofridos pelos bens Segurados.
- 12.3. A indenização relativa a qualquer sinistro não poderá exceder, em hipótese alguma, o valor do prejuízo vinculado à cobertura considerada.
- 12.4. Na ocorrência de sinistro contemplado por coberturas concorrentes, ou seja, que garantam os mesmos interesses contra os mesmos Riscos, em seguros distintos, a distribuição de responsabilidade entre as Seguradoras envolvidas deverá obedecer às seguintes disposições:
- 12.4.1. Será calculada a indenização individual de cada cobertura como se o respectivo contrato fosse o único vigente, considerando-se, quando for o caso, franquias, Participações Obrigatórias do Segurado, Limite Máximo de Indenização da cobertura e cláusulas de Rateio;
  - 12.4.2. Será calculada a “indenização individual ajustada” de cada cobertura, na forma abaixo indicada:
    - a) Se, para um determinado seguro, for verificado que a soma das indenizações correspondentes às diversas coberturas abrangidas pelo sinistro é maior que seu respectivo Limite Máximo de Garantia, a indenização individual de cada cobertura será recalculada, determinando-se, assim, a respectiva indenização individual ajustada. Para efeito deste recálculo, as indenizações individuais ajustadas relativas às coberturas que não apresentem concorrência com outros seguros serão as maiores possíveis, observados os respectivos prejuízos e Limites Máximos de Indenização. O valor restante do Limite Máximo de Garantia do seguro será distribuído entre as coberturas concorrentes, observados os prejuízos e os Limites Máximos de Indenização destas coberturas.
    - b) Caso contrário, a “indenização individual ajustada” será a indenização individual, calculada de acordo com o subitem 12.4.1.
  - 12.4.3. Será definida a soma das indenizações individuais ajustadas das coberturas concorrentes de diferentes seguros, relativas aos prejuízos comuns, calculadas de acordo com o subitem 12.4.2.
  - 12.4.4. Se a quantia a que se refere ao subitem 12.4.3. for igual ou inferior ao prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada Seguradora envolvida participará com a respectiva indenização individual ajustada, assumindo o Segurado a responsabilidade pela diferença, se houver;
  - 12.4.5. Se a quantia estabelecida no subitem 12.4.3. for maior que o prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada Seguradora envolvida participará com percentual do prejuízo correspondente à razão entre a respectiva indenização individual ajustada e a quantia estabelecida naquele subitem.
- 12.5. A sub-rogação relativa a salvados operar-se-á na mesma proporção da quota de participação de cada Seguradora na indenização paga.
- 12.6. Salvo disposição em contrário, a Seguradora que tiver participado com a maior parte da indenização ficará encarregada de negociar os salvados e repassar a quota-parte, relativa ao produto desta negociação, às demais participantes.

**CONDIÇÕES GERAIS**  
**SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

**13. PAGAMENTO DE PRÊMIO**

- 13.1. O pagamento do prêmio à vista, ou da primeira parcela nos casos de fracionamento, será efetuado obrigatoriamente até 30 (trinta) dias contados da data de emissão da apólice, através de rede bancária, por meio de documento emitido pela Seguradora, ou através de débito em conta corrente do Segurado.
- 13.2. A Seguradora encaminhará o documento a que se refere o item 13.1 diretamente ao Segurado, seu representante legal ou, por expressa solicitação de qualquer um destes, ao Corretor de Seguros, até 5 (cinco) dias úteis antes da data do vencimento do respectivo documento, ressaltado que:
- 13.2.1. não poderá ser estabelecido prazo superior a 30 (trinta) dias, contado da data de emissão da apólice ou endosso, para pagamento do prêmio em parcela única, ou de sua primeira parcela, quando fracionado;
- 13.2.2. a data-limite para pagamento do prêmio, em parcela única, ou de sua última parcela, quando fracionado, não poderá ultrapassar o término de vigência da apólice.
- 13.3. Se o Segurado, seu representante ou o corretor de seguros, não receberem os documentos de cobrança no prazo aludido no item 13.2, deverão ser solicitadas, por escrito, à Seguradora, instruções de como proceder para efetuar o pagamento antes da data-limite, sendo que, na hipótese de não serem recebidas em tempo hábil, a data de vencimento será renegociada pelas partes, sem ônus para o Segurado.
- 13.4. O pagamento do prêmio deverá ser efetuado até a(s) data(s) limite(s) prevista(s) para esse fim no documento de cobrança.
- 13.5. Se não houver expediente bancário no dia do vencimento previsto no documento de cobrança, o pagamento do prêmio deverá ser feito no primeiro dia útil subsequente.
- 13.6. Se o sinistro ocorrer dentro do prazo para pagamento do prêmio à vista, ou de qualquer uma de suas parcelas, sem que o pagamento tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado.
- 13.7. Quando o pagamento da indenização acarretar o cancelamento da apólice, as parcelas vincendas do prêmio serão deduzidas do valor da indenização, excluído o adicional de fracionamento.
- 13.8. O NÃO PAGAMENTO DO PRÊMIO À VISTA, NOS SEGUROS EM PARCELA ÚNICA, OU O NÃO PAGAMENTO DA PRIMEIRA PARCELA, NOS SEGUROS COM PRÊMIOS FRACIONADOS, NA RESPECTIVA DATA LIMITE, IMPLICARÁ O CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO SEGURO INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER INTERPELAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.**
- 13.9. NO CASO DE FRACIONAMENTO DO PRÊMIO E CONFIGURADA A FALTA DE PAGAMENTO DE QUALQUER UMA DAS PARCELAS SUBSEQUENTES À PRIMEIRA, O PRAZO DE VIGÊNCIA DA COBERTURA SERÁ AJUSTADO EM FUNÇÃO DO PRÊMIO EFETIVAMENTE PAGO, OBSERVADA, NO MÍNIMO, A FRAÇÃO PREVISTA NA TABELA DE PRAZO CURTO ABAIXO, SENDO TAL PROCEDIMENTO EXPRESSAMENTE COMUNICADO AO SEGURADO OU SEU REPRESENTANTE LEGAL**

**CONDIÇÕES GERAIS**  
**SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

**TABELA DE PRAZO CURTO**

Relação entre Valor Pago e Valor Anualizado Devido (%)	Nº de Dias da Vigência Ajustada	Relação entre Valor Pago e Valor Anualizado Devido (%)	Nº de Dias da Vigência Ajustada
13	15/365	73	195/365
20	30/365	75	210/365
27	45/365	78	225/365
30	60/365	80	240/365
37	75/365	83	255/365
40	90/365	85	270/365
46	105/365	88	285/365
50	120/365	90	300/365
56	135/365	93	315/365
60	150/365	95	330/365
66	165/365	98	345/365
70	180/365	100	365/365

- 13.10. Para percentuais não previstos nesta tabela, deverão ser aplicados os percentuais imediatamente superiores.
- 13.11. A Seguradora comunicará ao Segurado ou ao seu representante legal, por escrito, em caso de inadimplência, o ocorrido e a possibilidade de ajuste do prazo de vigência da apólice, conforme previsto no item 13.9.
- 13.12. Restabelecido o pagamento do prêmio das parcelas ajustadas, acrescidas dos encargos contratualmente previstos, dentro do novo prazo de vigência da cobertura referido nesta cláusula, ficará automaticamente restaurado o prazo de vigência original do seguro. **O pagamento dos valores relativos à multa, atualização monetária e juros moratórios far-se-á independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.**
- 13.13. Findo o novo prazo de vigência da cobertura, calculado como previsto em 13.9, sem que tenha sido retomado o pagamento do prêmio, ou ainda, nos casos em que a aplicação do disposto no referido subitem não resultar em alteração do prazo de vigência, operará de pleno direito o **CANCELAMENTO** do seguro.
- 13.14. Não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento.
- 13.15. É garantido ao Segurado, quando couber, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.
- 13.16. Fica vedado o cancelamento do contrato de seguro cujo prêmio tenha sido pago à vista, mediante financiamento obtido junto a instituições financeiras, nos casos em que o Segurado deixar de pagar o financiamento.

#### **14. CANCELAMENTO DO SEGURO**

- 14.1. Excetuada a hipótese de cancelamento prevista no item 13.13 da Cláusula 13ª – Pagamento de Prêmio, cujo estabelecimento decorre de dispositivo legal, o presente seguro poderá ser cancelado, a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer das partes contratantes, mas sempre com concordância recíproca, por escrito, entre Segurado e Seguradora, sendo que:
- Na hipótese de cancelamento a pedido da Seguradora – a Seguradora reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido até a data do efetivo cancelamento;
  - Na hipótese de cancelamento a pedido do Segurado – a Seguradora reterá até a data do recebimento da solicitação, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a Tabela abaixo. Para os

**CONDIÇÕES GERAIS**  
**SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

prazos não previstos na referida tabela, o percentual a ser utilizado será o imediatamente inferior.

% Prêmio Anual	Prazo
13%	15 dias
20%	30 dias
27%	45 dias
30%	60 dias
37%	75 dias
40%	90 dias
46%	105 dias
50%	120 dias
56%	135 dias
60%	150 dias
66%	165 dias
70%	180 dias
73%	195 dias
75%	210 dias
78%	225 dias
80%	240 dias
83%	255 dias
85%	270 dias
88%	285 dias
90%	300 dias
93%	315 dias
95%	330 dias
98%	345 dias
100%	365 dias

- 14.2. Se o seguro tiver sido contratado por prazo diferente de 1 (um) ano, aplicam-se as mesmas disposições, mas a segunda coluna da tabela deve ser adaptada proporcionalmente ao período pactuado.
- 14.3. O valor a ser restituído ao Segurado deverá ser atualizado a partir da data do recebimento da solicitação de cancelamento ou da data do efetivo cancelamento, se o mesmo ocorrer por iniciativa da Seguradora, até o dia imediatamente anterior à data da efetiva devolução, pela variação positiva do IPCA / IBGE, na base "pro-rata die" ou, caso este seja extinto, pela variação positiva do INPC/IBGE.

## **15. COMUNICAÇÃO, LIQUIDAÇÃO E INDENIZAÇÃO DO SINISTRO**

Na ocorrência de sinistro, o Segurado, **SOB PENA DE PERDER O DIREITO À INDENIZAÇÃO**, terá de:

- 15.1. Comunicar o sinistro à Seguradora, por escrito e imediatamente após tomar conhecimento da sua ocorrência, indicando local, data hora, descrição detalhada da ocorrência, os danos sofridos e o valor estimado, as opções de reparo, informando a existência de outros seguros (quando aplicável) que garantam os mesmos bens / interesses e/ou riscos, prestando todas as informações sobre qualquer outro fato relacionado com este seguro, bem como fornecerá todos os documentos solicitados pela Seguradora.
- 15.2. O Segurado não poderá iniciar reparos dos danos sem prévia autorização da Seguradora, salvo para atender interesse público ou evitar a agravação dos prejuízos.
- 15.3. Para a apuração dos prejuízos indenizáveis, a Seguradora se valerá dos vestígios físicos dos bens danificados, da contabilidade, dos controles da empresa, de informações tributárias junto aos órgãos oficiais, de informações e inquéritos policiais, de informações de compradores, fornecedores e clientes, laudos técnicos, ou qualquer outro meio razoável para sua conclusão.
- 15.4. O Segurado disponibilizará registros, controles, escritos contábeis e outras informações adicionais à Seguradora, bem como facilitará o acesso desta às inspeções e verificações necessárias à regulação e liquidação dos sinistros ou a outro fato relacionado com este seguro.

## CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

- 15.5. Os critérios para a determinação dos valores dos prejuízos indenizáveis serão especificados nas Condições Especiais e/ou cláusulas particulares e/ou especificação da apólice, face às características da cobertura e forma de contratação nelas estabelecidas.
- 15.6. Em toda e qualquer indenização devida, obedecidas todas as disposições da apólice, conforme estabelecido em acordo entre as partes, serão deduzidas, quando aplicáveis, a Franquia e/ou a Participação Obrigatória do Segurado, assim como o valor de eventuais salvados que permanecerem em poder do Segurado.
- 15.7. A indenização devida será paga no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega da documentação básica prevista.
- 15.8. O prazo de 30 (trinta) dias previsto em 15.7 será suspenso quando:
- a) A Seguradora verificar que a documentação mencionada no item na Cláusula 16ª Documentos Básicos necessários em caso de sinistro é insuficiente para a regulação do sinistro, com base em dúvida fundada e justificável, podendo ela solicitar ao Segurado a apresentação de novas informações e documentos complementares. A contagem do prazo de 30 (trinta) dias reiniciará à zero hora do dia útil seguinte à entrega dos documentos complementares na Seguradora; ou
  - b) **CASO O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO IMPLIQUE NA VIOLAÇÃO DE QUALQUER SANÇÃO, EMBARGO, PROIBIÇÃO OU RESTRIÇÃO COMERCIAL OU ECONÔMICA IMPOSTA DURANTE A VIGÊNCIA DESTE CONTRATO, POR RESOLUÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, OU AINDA, DETERMINADA PELO BRASIL, UNIÃO EUROPEIA, REINO UNIDO OU ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, A SEGURADORA SUSPENDERÁ O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO ATÉ QUE EXTINTA A SANÇÃO OU EMBARGO OU HAJA UMA DECISÃO JUDICIAL A RESPEITO.**
- 15.9. Vencido o prazo de 30 (trinta) dias para a regulação do sinistro, após a entrega de toda documentação e informações solicitadas, conforme itens 15.7 e 15.8, a indenização será atualizada monetariamente pela variação positiva do IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre a data da ocorrência do sinistro e a data do efetivo pagamento.
- 15.10. A atualização de que trata o item 15.9 será efetuada com base na variação apurada entre o último índice publicado antes da data ocorrência do sinistro e aquele publicado imediatamente anterior à data da efetiva liquidação do sinistro. O pagamento de valores relativos à atualização monetária de juros moratórios far-se-á independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.
- 15.11. Na hipótese da extinção do índice pactuado no item 15.9, deverá ser utilizado o índice que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
- 15.12. Além do previsto no item 15.10, serão aplicados juros moratórios equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, do 1º dia útil posterior ao fim do prazo de 30 dias para regulação até a data do efetivo pagamento.
- 15.13. A indenização devida será paga por meio de transferência bancária para conta de titularidade do Segurado ou Beneficiário da indenização, conforme for o caso.
- 15.14. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Seguradora.

### 16. DOCUMENTOS BÁSICOS NECESSÁRIOS EM CASO DE SINISTRO

- 16.1. Dependendo da natureza da ocorrência, poderão ser requisitados, ao Segurado, os seguintes documentos:
- a) Carta do Segurado comunicando o sinistro, contendo: data, hora, local, descrição detalhada da ocorrência, causas prováveis do sinistro e estimativa dos prejuízos;
  - b) Relação dos bens sinistrados, comprovação de posse e da preexistência dos mesmos ou, no caso de bens de terceiros, comprovação de posse e/ou responsabilidade;
  - c) Em se tratando de pessoa jurídica: cópia simples do contrato social e última ata de eleição da diretoria e conselho administrativo; cópia simples do cartão de CNPJ e do comprovante do estabelecimento

## **CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

atualizado, e documento de qualificação dos procuradores ou diretores, quando não representado pelo proprietário ou sócio controlador;

- d) Em se tratando de pessoa física: cópia simples do comprovante de residência atualizado, como também do CPF, RG ou qualquer outro documento de identificação que tenha fé pública, dos representantes e/ou procuradores;
- e) Cópias autenticadas das certidões e boletins de ocorrência policial, ou de abertura de inquérito policial.

16.2. Outros documentos adicionais poderão ser solicitados dependendo da ocorrência.

### **17. FRANQUIA E/OU PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO**

17.1. Não há previsão de Franquias e/ou Participação Obrigatória do Segurado para este seguro.

### **18. REDUÇÃO E REINTEGRAÇÃO DOS LIMITES DA APÓLICE**

18.1. **DURANTE O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE SEGURO, OS LIMITES PREVISTOS NAS CONDIÇÕES ESPECIAIS E/OU CLÁUSULAS PARTICULARES SERÃO SEMPRE E AUTOMATICAMENTE REDUZIDOS DO VALOR DE TODA E QUALQUER INDENIZAÇÃO QUE VIER A SER EFETUADA, PASSANDO A LIMITAR-SE AO VALOR REMANESCENTE, NÃO TENDO O SEGURADO DIREITO À RESTITUIÇÃO DO PRÊMIO CORRESPONDENTE À REDUÇÃO HAVIDA.**

18.2. Em caso de sinistro, a reintegração dos limites, conforme o item 18.1 acima, poderá ser efetuada a pedido do Segurado, e terá validade caso a Seguradora manifeste sua aceitação no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do pedido pela Seguradora. A ausência de manifestação da Seguradora nesse prazo implicará sua aceitação tácita. Em qualquer caso, serão observadas as seguintes situações quanto ao início do período reintegrado:

- a) A partir da data da ocorrência do sinistro - desde que a solicitação do Segurado seja feita num período não superior a 72 hs a contar da data da ocorrência do sinistro;
- b) Em qualquer hipótese, o prêmio respectivo será calculado proporcionalmente ao período a decorrer da vigência do seguro e o prêmio cobrado por ocasião do pagamento da indenização.

### **19. PERDA DE DIREITOS**

19.1. **Além dos casos previstos em lei, o Segurado PERDERÁ O DIREITO À INDENIZAÇÃO, ficando a Seguradora isenta de qualquer responsabilidade decorrente deste seguro, sem qualquer pagamento de indenização a quem de direito, quando o Segurado:**

- a) não cumprir quaisquer das obrigações convencionadas neste contrato;
- b) agir de má-fé, ou procurar, por qualquer meio, obter benefícios ilícitos, quer seja por ação própria ou em conjunto com terceiros;
- c) dificultar ou impedir qualquer exame ou diligência necessária para a ressalva de direitos em relação a terceiros, ou para redução dos riscos e prejuízos;
- d) agravar intencionalmente o risco. A Seguradora, desde que o faça nos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento do aviso de agravação do risco sem culpa do Segurado, poderá dar-lhe ciência, por escrito, de sua decisão de resolver a apólice e/ou seus endossos, ou mediante acordo entre as partes, restringir a garantia do contrato. A resolução, neste caso, só será eficaz 30 (trinta) dias após notificação ao Segurado, a seu representante ou corretor de seguros, devendo ser restituída à diferença do prêmio na forma da cláusula 14ª destas condições gerais. Na hipótese de continuidade do contrato, a Seguradora poderá cobrar a diferença do prêmio cabível;
- e) colocar em funcionamento qualquer bem danificado em consequência de sinistro, sem que tenha sido reparado de forma julgada satisfatória e conveniente;
- f) Ato doloso ou de ato que configure culpa grave equiparável ao dolo praticado pelo Segurado, pelo beneficiário ou pelo representante legal, de um ou de outro, sendo certo que, em se tratando de

## CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

Segurado pessoa jurídica, a exclusão aqui estabelecida aplica-se aos sócios controladores, aos seus dirigentes beneficiários e respectivos administradores e representantes legais.

**19.2. A SEGURADORA FICARÁ TAMBÉM ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE decorrente deste seguro, nas seguintes hipóteses:**

- a) com a transferência do interesse do Segurado nos bens cobertos, ainda que temporariamente, através de arrendamento, cessão ou locação destes bens a terceiros. A presente perda de direito não será considerada na hipótese de transferência a herdeiro legítimo ou testamentário, de acordo com as disposições do Código Civil Brasileiro, em razão de falecimento do Segurado, ou ainda, quando a serviço do Segurado, os bens forem conduzidos e/ou operados por profissionais devidamente habilitados para este fim, sem vínculo empregatício na forma estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho, porém, com ele relacionado através de contrato de prestação de serviços;
- b) caso haja fraude ou tentativa de fraude, simulando um sinistro ou agravando as consequências de um sinistro para obter indenização;
- c) caso haja reclamação dolosa, sob qualquer ponto de vista ou baseado em declarações falsas, ou emprego de quaisquer meios culposos ou simulações para obter indenização que não for devida.

**19.3. No caso de o Segurado, por si, por seu representante ou corretor de seguros, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, FICARÁ PREJUDICADO O DIREITO À INDENIZAÇÃO, além de estar o Segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido. Todavia, se a inexatidão ou omissão das declarações não resultar da má-fé do Segurado, a Seguradora por sua opção poderá:**

**19.3.1. Na hipótese de não ocorrência de sinistro:**

- a) cancelar o seguro, retendo do prêmio originalmente pactuado, a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou
- b) mediante acordo entre as partes, permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença do prêmio cabível e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada, mediante a emissão de endosso.

**19.3.2. Na hipótese de ocorrência de sinistro sem indenização integral:**

- a) cancelar o seguro após o pagamento da indenização, retendo do prêmio originalmente pactuado, acrescido da diferença cabível, excluindo-se os emolumentos, a parcela calculada proporcionalmente ao tempo decorrido; ou
- b) permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença do prêmio cabível, ou deduzindo- a do valor a ser indenizado, e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

**19.3.3. Na hipótese de ocorrência de sinistro com indenização integral: cancelar o seguro após o pagamento de indenização, deduzindo-se, do valor a ser indenizado, a diferença de prêmio cabível.**

## **20. SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS**

Paga a indenização, a Seguradora sub-roga-se, nos limites do valor respectivo, nos direitos e ações que competirem ao Segurado contra o autor do dano.

- §1º** Salvo dolo, a sub-rogação não tem lugar se o dano foi causado pelo cônjuge do Segurado, seus descendentes ou ascendentes, consanguíneos ou afins.
- §2º** É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos a que se refere este artigo.
- §3º** Não será aplicado o inciso 2º, caso a Seguradora concorde formalmente com a Dispensa de Direito de Regresso (DDR).

**CONDIÇÕES GERAIS**  
**SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

## **21. INSPEÇÃO**

- 21.1. A Seguradora se reserva o direito de proceder, durante a vigência deste contrato, a inspeção do(s) local(ais) do risco e dos objetos que se relacionem com o seguro e a averiguação das circunstâncias que aos mesmos se refiram. O Segurado deve facilitar a Seguradora, ou a quem por ela for comprovadamente indicado, a execução de tais medidas, proporcionando-lhes as provas e os esclarecimentos razoavelmente solicitados.
- 21.2. A Seguradora poderá, com base no relatório de inspeção, requerer ao Segurado que faça adequações no sistemas de segurança, proteção e conservação dos bens segurados, fixando-lhe um prazo para adoção das medidas, que, caso não adotadas, **SUJEITAM O SEGURADO ÀS CONSEQUÊNCIAS DA CLÁUSULA 26ª SALVAGUARDAS DE PROTEÇÃO.**

## **22. ARBITRAGEM**

- 22.1. Esta Cláusula é de adesão facultativa por parte do Segurado.
- 22.2. Ao concordar com a aplicação desta Cláusula, o Segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a Seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.
- 22.3. Segurado e Seguradora poderão optar, para solução de qualquer controvérsia quanto à interpretação dos termos e condições da presente apólice, assim como na regulação e liquidação de qualquer sinistro, pela Mediação ou Arbitragem, nos termos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.
- 22.4. A parte interessada em estabelecer uma das referidas modalidades de solução de conflito deverá intimar a outra, por escrito, de seu interesse para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a parte intimada se pronuncie sobre a sua expressa e formal aceitação.
- 22.5. Caso aceite pelas partes, a mediação ou arbitragem será realizada, preferencialmente, por um “Árbitro ou Mediador Comum” que o Segurado e a Seguradora nomearão conjuntamente e, também preferencialmente, por meio institucional, através do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem do Rio de Janeiro - CBMA.
- 22.6. Todas as questões relativas ao processamento da Mediação ou Arbitragem, tais como seu regulamento, regime de custas, prazos, serão pelas partes convencionadas no respectivo “Compromisso” a ser assinado no momento da instauração da Mediação ou da Arbitragem.

## **23. CESSÃO DE DIREITOS**

- 23.1. Na hipótese de alienação ou cessão do objeto do seguro, ao Segurado é vedado transferir ou ceder ao adquirente ou cessionário o presente contrato de seguro, salvo se houver aceitação da Seguradora mediante endosso, assinado pelo cedente e cessionário, à apólice de seguros.

## **24. CADUCIDADE DO SEGURO**

- 24.1 Para os fins deste seguro e independentemente de outros significados que possam ser dados, ocorrerá automaticamente a caducidade do contrato, ficando a Seguradora totalmente liberada de qualquer responsabilidade por este seguro, se e a indenização ou soma das indenizações pagas sob esta apólice atingir o Limite Máximo de Garantia estabelecido nas Condições Especiais ou especificação desta apólice.

## **25. SALVADOS**

- 25.1. Ocorrido o sinistro que atinja bens descritos nesta apólice, o Segurado não poderá fazer abandono dos salvados e deverá tomar, desde logo, todas as providências cabíveis no sentido de protegê-los e de minorar os prejuízos.
- 25.2. A Seguradora poderá de comum acordo com o Segurado, providenciar o melhor aproveitamento dos salvados, ficando, no entanto, entendido e acordado que quaisquer medidas tomadas pela Seguradora não implicarão reconhecer-se ela obrigada a indenizar os danos ocorridos.
- 25.3. No caso de perda total do objeto Segurado, a Seguradora, após o pagamento das indenizações cabíveis para

## CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

qualquer item, par ou conjunto, poderá tornar-se proprietária dos mesmos e se reserva o direito de tomar posse dos objetos sinistrados. Nesse caso, o Segurado deverá apresentar a documentação necessária para a transferência de propriedade do bem ou conjunto do qual este faça parte.

- 25.4. O item anterior (25.3) não será aplicável quando se tratar de Patrimônio Público e mediante inclusão de Cláusula Particular.
- 25.5. Caso item(ns) roubados sejam retornados ao Segurado, o Segurado retornará para a Seguradora o valor da indenização acrescido aos juros do período. Aplicável a propriedade privada e/ou pública.

### 26. SALVAGUARDAS DE PROTEÇÃO

- 26.1. O Segurado concorda em manter em funcionamento adequado durante o período da presente apólice de todas as salvaguardas e protecionais que foram informadas à Seguradora por local Segurado na contratação deste seguro ou que foram solicitadas pela Seguradora para serem instaladas.
- 26.2. No caso destes protecionais e/ou salvaguardas terem contratos de manutenção com empresas terceirizadas, o Segurado não poderá ter acordos ou cláusulas de dispensa de regresso contratuais a favor dessas empresas sem o prévio consentimento da Seguradora. Caso contrário **A COBERTURA SECURITÁRIA DESTA APÓLICE FICARÁ PREJUDICADA.**
- 26.3. O não cumprimento por parte do Segurado em manter as salvaguardas de proteção (sistema de segurança e de prevenção e combate a incêndio) em condições de operação e em funcionamento, resultará na **SUSPENSÃO DA COBERTURA DESTES CONTRATOS**, que poderá ser retomada com a adoção das medidas de proteção.
- 26.4. Em caso de sinistro, se for constatado pela Seguradora, durante a regulação do respectivo processo, que os sistemas de segurança, proteção e conservação por ela requeridos, ou preexistentes à contratação do seguro e que serviram de base para sua aceitação, não foram utilizados, ou, estavam total ou parcialmente desativados, por negligência intencional ou decisão do Segurado, ou ainda, se encontravam em estado de conservação e funcionamento diferente dos apontados no relatório de inspeção, e por essa razão contribuiu para a extensão dos danos e/ou as consequências do evento, tal fato será equiparado à agravação do risco, **ESTANDO O SEGURADO SUJEITO À PERDA DE DIREITO AO RECEBIMENTO DE QUALQUER INDENIZAÇÃO.**

### 27. DIREITO DE RECOMPRA

- 27.1. No caso de perda total o Segurado terá o direito a readquirir da Seguradora qualquer item que tenha sofrido um sinistro e que tenha sido paga alguma indenização pela Seguradora. A Seguradora notificará ao Segurado de seu direito de reaquisição dos bens danificados ou recuperados, e o Segurado terá um prazo de sessenta (60) dias da data de notificação para exercer seu direito de reaquisição. O valor desta aquisição será de livre acordo entre as Partes.
- 27.2. No caso de Bens pertencentes ao Patrimônio Público deverá ser observada a regra prevista no item 25.4 da Cláusula 25ª – Salvados das Condições Gerais.

### 28. PROVA DO SINISTRO E DOCUMENTOS E PROVA DO SEGURO

- 28.1. Para receber a indenização, o Segurado deverá provar satisfatoriamente a ocorrência do sinistro, bem como relatar todas as circunstâncias relacionadas ao mesmo, facilitando a adoção de medidas pela Seguradora para elucidar completamente o fato e prestando a assistência que se fizer necessária para tal fim.
- 28.2. Todas as despesas efetuadas com a comprovação do sinistro e documentos de habilitação correrão por conta do Segurado, salvo se diretamente realizadas pela Seguradora.
- 28.3. A Seguradora poderá exigir atestados ou certidões de autoridades competentes, bem como o resultado de inquéritos ou processos instaurados em virtude do fato que produziu o sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido. Alternativamente, poderá solicitar cópia da certidão de abertura do inquérito que porventura tiver sido instaurado.
- 28.4. Os atos ou providências tomadas pela Seguradora, após um sinistro, não importam, por si só, no

## **CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

reconhecimento da obrigação de pagar a indenização reclamada.

- 28.5. São documentos deste seguro a proposta e a apólice com seus respectivos anexos.
- 28.6. Nenhuma alteração desses documentos será válida se não for feita formalmente por escrito pelo Segurado e através de endosso previamente acordado pela Seguradora.
- 28.7. Não é permitida a presunção de que a Seguradora possa ter conhecimento de circunstâncias que não constem da proposta, apólice e seus anexos, e daquelas que não lhe tenham sido comunicadas posteriormente na forma do item anterior.

### **29. PRESCRIÇÃO**

- 29.1. A prescrição ou sua interrupção será regulada pelo Código Civil Brasileiro.

### **30. FORUM**

- 30.1. É competente para dirimir toda e qualquer controvérsia relativa a este contrato de seguro o foro do domicílio do Segurado, conforme definido na legislação em vigor. Na hipótese de inexistência de relação de hipossuficiência entre as partes, será válida a eleição de foro diferente do domicílio do Segurado.

### **31. DISPOSIÇÕES FINAIS, NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

- 31.1. O registro deste plano na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é automático e não implica, por parte da Autarquia, em aprovação ou recomendação à sua comercialização.
- 31.2. O Segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros e da Seguradora, no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).
- 31.3. A aceitação da proposta do seguro, ou ainda, as alterações que impliquem modificação do risco estarão sujeitas à análise do risco.
- 31.4. Toda e qualquer notificação ou comunicação do Segurado ou de seus representantes legais, referente a este seguro, deverá ser feita formalmente e por escrito.
- 31.5. Processo SUSEP nº 15414.605825/2020-82 (RD), Processo SUSEP nº 15414.605834/2020-73 (Transporte Internacional) e Processo SUSEP nº 15414.605847/2020-42 (Transporte Nacional).

**CONDIÇÕES ESPECIAIS  
SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

## **II. CONDIÇÕES ESPECIAIS**

### **1. COBERTURA BÁSICA I: COLEÇÕES (PESSOA JURÍDICA OU PESSOA FÍSICA)**

#### **1.1. OBJETO DO SEGURO**

- 1.1.1 O objeto deste seguro é garantir, dentro dos limites estipulados na apólice, o pagamento de indenizações ao Segurado, ou Beneficiários, por prejuízos de todos os riscos que o mesmo venha sofrer, exceto as exclusões aplicáveis, em relação aos objetos de arte ou objetos raros ou de mérito histórico conforme definidos e especificados na apólice, que sejam comprovadamente de sua propriedade ou que estejam formalmente sob sua custódia.
- 1.1.2 As caixas de transporte e material de embalagem dos bens garantidos por esta apólice estarão também cobertos, desde que seus respectivos valores tenham sido especificamente declarados na apólice, ou quando fizerem parte do valor dos bens declarados na apólice.
- 1.1.3 Conforme os termos e condições dessa apólice, a Seguradora aceitará uma cobertura provisória para os novos itens, cujo valor total desta aquisição (de um item ou vários) não seja superior a 10% do valor total declarado nesta apólice, limitado a R\$ 2.000.000,00 (o que for menor) e, desde que, tais itens sejam comunicados formalmente à Seguradora dentro de um prazo máximo de trinta (30) dias a contar da data de sua aquisição. Será cobrado um prêmio adicional pro-rata para as novas aquisições.

#### **1.2. RISCOS COBERTOS**

- 1.2.1 Todas as perdas e danos materiais decorrentes de qualquer causa, ocorridas dentro do “Local (ou Locais) de Risco” indicado(s) na apólice, exceto as perdas, danos e suas consequências, expressamente previstas na Cláusula 8ª “Exclusões Gerais” das Condições Gerais, vinculadas a este produto e que fazem parte integrante e inseparável deste contrato de seguro, bem como as demais exclusões contidas na Cláusula 3ª “Riscos Excluídos” destas condições.

#### **1.3. RISCOS EXCLUÍDOS (DESTAS CONDIÇÕES ESPECIAIS)**

- 1.3.1. Além dos Riscos Excluídos previstos na Cláusula 8ª das Condições Gerais, aplicam-se ainda as seguintes exclusões resultantes direta ou indiretamente das situações abaixo, exceto quando revogadas através de cláusula particular na mesma apólice:
  - a) Cobertura para transportes;
  - b) Cobertura para armazenagens fora do(s) local(is) Segurado(s);
  - c) Materiais e equipamentos da coleção.

#### **1.4. PROCEDIMENTOS NO CASO DE OCORRÊNCIA DE SINISTRO**

- 1.4.1. Além das obrigações previstas nas Condições Gerais, o Segurado se obriga a facilitar à Seguradora o exame de quaisquer documentos ou provas, inclusive escrita contábil, que se tornem razoavelmente exigíveis para comprovar seu direito a cobertura deste seguro.
- 1.4.2. É uma condição deste seguro que seja mantido um inventário detalhado com uma listagem de todos os Bens Segurados.

#### **1.5. CRITÉRIO DE INDENIZAÇÃO**

Em caso de sinistro coberto, os Bens Segurados serão indenizados da seguinte forma:

## **CONDIÇÕES ESPECIAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

- 1.5.1. Para o caso de perda total de um item o valor máximo indenizável será o valor acordado na apólice.
- 1.5.2. Para o caso de perda total de toda a coleção segurada, o valor indenizável será a soma total do valor acordado de todos os itens, respeitado o Limite Máximo de Indenização estabelecido na apólice.
- 1.5.3. No caso de uma indenização por perda total, o Segurado entregará o bem danificado à Seguradora, conforme previsto nos itens 25.3 e 25.4 da Cláusula 25ª – Salvados das Condições Gerais.
- 1.5.4. Para o caso de perdas parciais a Seguradora concorda em indenizar um valor mutuamente acordado, com base no seguinte:
  - 1.5.4.1. O custo de reparação do bem até a sua condição imediatamente anterior ao sinistro da melhor formal possível, não podendo ser este custo superior ao seu valor acordado na apólice.
  - 1.5.4.2. A diferença por depreciação quando aplicável. A Seguradora indenizará a diferença entre o novo valor após o restauro e o valor acordado na apólice, porém nunca indenizará um valor maior que o valor acordado. A Seguradora terá o direito de solicitar uma nova avaliação do item sinistrado para verificar tal depreciação.
  - 1.5.4.3. Os valores acima, quando combinados, também nunca deverão exceder o valor acordado por item.
  - 1.5.4.4. Para o caso de um sinistro que atinja objetos que, em conjunto com outros, façam parte de uma mesma obra, para efeito de apuração dos prejuízos, será considerado o valor da obra/conjunto como um todo.
  - 1.5.4.5. A Seguradora indenizará, quando aplicável, o custo de desmontagem e de remontagem necessários para realizar os reparos, respeitando os Limites Máximos de Indenização estipulados na apólice.

### **1.6. PROCEDIMENTOS EM CASO DE MANUSEIOS, EMBALAGEM, DESLOCAMENTOS INTERNOS**

- 1.6.1. O Segurado garante que, quando necessário, os itens segurados serão manuseados, embalados e desembalados, deslocados dentro do local segurado, por pessoas ou profissionais treinados e capacitados para cada tipo de procedimento, e que serão utilizados materiais adequados para a proteção dos itens segurados, conforme aplicável em cada situação.

### **1.7. RATIFICAÇÃO**

- 1.7.1. Ratificam-se todas as demais disposições das Condições Gerais da Apólice, exceto quando conflitarem com estas Condições Especiais, as quais deverão prevalecer.

## CONDIÇÕES ESPECIAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

### 2. COBERTURA BÁSICA II: EXPOSIÇÕES

#### 2.1. OBJETO DO SEGURO

- 2.1.1. O objeto deste seguro é garantir, dentro dos limites estipulados na apólice, o pagamento de indenizações ao Segurado, ou Beneficiários, por prejuízos de todos os riscos que o mesmo venha sofrer, exceto as exclusões aplicáveis, em relação aos objetos de arte ou objetos raros ou de mérito histórico conforme definidos e especificados na apólice, que sejam de sua propriedade ou de terceiros, desde que estejam legalmente e/ou contratualmente sob sua responsabilidade.
- 2.1.2. As caixas de transporte e material de embalagem dos bens garantidos por esta apólice estarão também cobertos, desde que seus respectivos valores tenham sido especificamente declarados na apólice, ou quando fizerem parte do valor dos bens declarados na apólice.

#### 2.2. RISCOS COBERTOS

- 2.2.1. Todas as perdas e danos materiais decorrentes de qualquer causa, ocorridas dentro do local(ais) de Risco(s) indicado(s) na apólice, exceto as perdas, danos e suas consequências, expressamente previstas na Cláusula 8ª “Exclusões Gerais” das Condições Gerais, vinculadas a este produto e que fazem parte integrante e inseparável deste contrato de seguro, bem como as demais exclusões contidas na Cláusula 3ª “Riscos Excluídos” destas condições especiais.
- 2.2.2. A vigência da presente apólice poderá ser estendida por endosso a ser emitido quando solicitado pelo Segurado e mediante pagamento de um prêmio adicional, desde que acordados previamente com a Seguradora.

#### 2.3. EXCLUSÕES

- 2.3.1. Além dos Riscos Excluídos previstos na Cláusula 8ª das Condições Gerais, aplicam-se ainda as seguintes exclusões resultantes direta ou indiretamente das situações abaixo, exceto quando revogadas através de cláusula particular na mesma apólice:
- a) Danos ou perdas causadas por empresas prestadoras de serviços, exceto aquelas para as quais a Seguradora tiver previamente concedido a DDR (Dispensa do Direito de Regresso);
  - b) Cobertura para transportes;
  - c) Cobertura para armazenagens fora do(s) local(is) Segurado(s);
  - d) Materiais e equipamentos da exposição.

#### 2.4. OCORRÊNCIA DE SINISTRO

- 2.4.1. O Segurado se obriga a facilitar à Seguradora o exame de quaisquer documentos ou provas, inclusive escrita contábil, que se tornem razoavelmente exigíveis para comprovar seu direito a cobertura deste seguro.
- 2.4.2. É uma condição deste seguro que seja mantido um inventário detalhado com uma listagem de todos os Bens Segurados.

#### 2.5. CRITÉRIO DE INDENIZAÇÃO

- 2.5.1. Em caso de sinistro coberto, os bens segurados serão indenizados da seguinte forma:
- a) Para o caso de perda total de um item o valor máximo indenizável será o valor acordado na apólice.
  - b) Para o caso de perda total de toda a coleção segurada, o valor indenizável será a soma total do valor acordado de todos os itens, respeitado o Limite Máximo de Indenização estabelecido na apólice.
  - c) No caso de uma indenização por perda total, o Segurado entregará o bem danificado à Seguradora,

## **CONDIÇÕES ESPECIAIS SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

conforme previsto nos itens 25.3 e 25.4 da Cláusula 25ª – Salvados das Condições Gerais.

- d) Para o caso de perdas parciais a Seguradora concorda em indenizar um valor mutualmente acordado, com base no seguinte:
  - (i) O custo de reparação do bem até a sua condição imediatamente anterior ao sinistro da melhor forma possível, não podendo ser este custo superior ao seu valor acordado na apólice.
  - (ii) A diferença por depreciação quando aplicável. A Seguradora indenizará a diferença entre o novo valor após o restauro e o valor acordado na apólice, porém nunca indenizará um valor maior que o valor acordado. A Seguradora terá o direito de solicitar uma nova avaliação do item sinistrado para verificar tal depreciação.
  - (iii) Os valores acima, quando combinados, também nunca deverão exceder o valor acordado por item.
- e) Para o caso de um sinistro que atinja objetos que, em conjunto com outros, façam parte de uma mesma obra, para efeito de apuração dos prejuízos, será considerado o valor da obra/conjunto como um todo.
- f) A Seguradora indenizará, quando aplicável, o custo de desmontagem e de remontagem necessários para realizar os reparos, , respeitando os Limites Máximos de Indenização estipulados na apólice.

### **2.6. PROCEDIMENTOS DE MANUSEIOS, EMBALAGEM, DESLOCAMENTOS INTERNOS**

- 2.6.1. O Segurado garante que, quando necessário, os itens Segurados serão manuseados, embalados e desembalados, deslocados dentro do local Segurado, por pessoas ou profissionais treinados e capacitados para cada tipo de procedimento, e que serão utilizados materiais adequados para a proteção dos itens Segurados, conforme aplicável em cada situação.

### **2.7. RATIFICAÇÃO**

- 2.7.1. Ratificam-se todas as demais disposições das Condições Gerais da Apólice, exceto quando conflitarem com estas Condições Especiais, as quais deverão prevalecer.

**CONDIÇÕES PARTICULARES  
SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

**III. CONDIÇÕES PARTICULARES**

**1. COBERTURA ADICIONAL I: INCLUSÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE MONTAGEM E/OU CENOGRAFIA DE EXPOSIÇÕES**

Esta Condição Particular integra o Plano de Seguro 'Objetos de Arte e Raridades', podendo ser comercializada somente como cobertura deste.

**1.1. OBJETO DO SEGURO**

- 1.1.1. Fica entendido e acordado que, mediante declaração dos itens e seus respectivos valores e pagamento de prêmio adicional, os bens abaixo descritos estarão também cobertos por esta apólice:

Material de exposição, cenografia, incluindo material de instalação e desinstalação e material técnico (incluindo, mas não limitado aos monitores de vídeo, projetores, computadores, dentre outros), todos de um valor não artístico, utilizados em associação ou como parte de uma exposição e conforme relação de bens e respectivos valores declarados e aprovados pela Seguradora.

- 1.1.2. Novos bens formalmente adquiridos pelo Segurado durante o período de cobertura desta apólice somente estarão cobertos mediante solicitação formal e prévia à Seguradora.
- 1.1.3. Para o caso de manuseios internos para embalar e/ou acomodar os novos itens, desde que em local segurado declarado na apólice, deverá ser observada as condições do item 6.1 das condições especiais.
- 1.1.4. Novos itens incluídos na Exposição durante o período de cobertura desta apólice somente estarão cobertos mediante solicitação do Segurado e aprovação formal e prévia da Seguradora. Será cobrado um prêmio adicional pro-rata para as novas inclusões, conforme demais regras da apólice para período de exposição.

**1.2. RATIFICAÇÃO**

- 1.2.1. Ratificam-se todas as demais disposições das Condições Gerais e/ou Especiais da Apólice, exceto quando conflitarem com estas Condições Particulares, as quais deverão prevalecer.

## CONDIÇÕES PARTICULARES SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

### 2. COBERTURA ADICIONAL II: GUERRA (NO LOCAL EM RISCO E EM TRANSPORTE)

Esta Condição Particular integra o Plano de Seguro 'Objetos de Arte e Raridades', podendo ser comercializada somente como cobertura deste. Fica entendido e acordado que a partir da inclusão desta cláusula fica revogada a exclusão 8.6. das Condições Gerais.

#### 2.1. GARANTIA

- 2.1.1. Não obstante as exclusões mencionadas nas Cláusulas de Riscos Excluídos das Condições Gerais e Especiais deste Seguro, fica entendido e acordado que, mediante cobrança de prêmio adicional, a Seguradora irá garantir o pagamento dos prejuízos indenizáveis, até o Limite Máximo de Indenização, com base no valor acordado de cada item segurado, pelos danos materiais causados ao(s) objeto(s) e no período de vigência descritos na apólice, por guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades ou operações bélicas (haja guerra declarada ou não), guerra civil, rebelião, revolução, motim, insurreição, comoção civil assumindo as proporções de um levante, poder militar ou usurpado.
- 2.1.2. A cobertura de Guerra terminará na data final de vigência da presente apólice.
- 2.1.3. A cobertura somente poderá ser contratada em conjunto com uma ou mais das coberturas básicas, sendo I COLEÇÕES e II EXPOSIÇÕES.

#### 2.2. RATIFICAÇÃO

- 2.2.1. Ratificam-se todas as demais disposições das Condições Gerais e/ou Especiais da Apólice, exceto quando conflitarem com estas Condições Particulares, as quais deverão prevalecer.

## CONDIÇÕES PARTICULARES SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

### 3. COBERTURA ADICIONAL III: TERRORISMO E/OU SABOTAGEM (NO LOCAL EM RISCO E/OU EM TRANSPORTE)

Esta Condição Particular integra o Plano de Seguro 'Objetos de Arte e Raridades', podendo ser comercializada somente como cobertura deste. Fica entendido e acordado que a partir da inclusão desta cláusula fica revogada a exclusão 8.5. das Condições Gerais.

#### 3.1. GARANTIA

- 3.1.1. Não obstante as exclusões mencionadas nas Cláusulas de Riscos Excluídos das Condições Gerais e Especiais deste Seguro, fica entendido e acordado que, mediante cobrança de prêmio adicional, a Seguradora irá garantir o pagamento dos prejuízos indenizáveis, até o Limite Máximo de Indenização, com base no valor acordado de cada item segurado, pelos danos materiais causados ao(s) objeto(s) e no período de vigência descritos na apólice, por Ato de Terrorismo ou Sabotagem.
- 3.1.2. A cobertura de Terrorismo ou Sabotagem terminará na data final de vigência da presente apólice.
- 3.1.3. A cobertura somente poderá ser contratada em conjunto com uma ou mais das coberturas básicas, sendo I COLEÇÕES e II EXPOSIÇÕES.

#### 3.2. RISCOS EXCLUÍDOS

3.2.1. Além dos Riscos Excluídos das Condições Gerais e Especiais, encontram-se excluídos:

- a) Perda por apreensão ou ocupação legal ou ilegal, a menos que a perda ou dano físico seja causado diretamente por um Ato de Terrorismo ou Ato de Sabotagem;
- b) Perda ou dano causado por medidas tomadas para prevenir, suprimir ou controlar terrorismo ou sabotagem real ou potencial, a menos que acordado pela Seguradora por escrito antes de tais medidas serem tomadas.
- c) Perda ou aumento de custo como resultado de ameaça ou fraude em relação a um ato de terrorismo ou sabotagem.

#### 3.3. RATIFICAÇÃO

- 3.3.1. Ratificam-se todas as demais disposições das Condições Gerais e/ou Especiais da Apólice, exceto quando conflitarem com estas Condições Particulares, as quais deverão prevalecer.

## CONDIÇÕES PARTICULARES SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

### 4. COBERTURA ADICIONAL IV: GREVE, TUMULTO E COMOÇÃO CIVIL (NO LOCAL EM RISCO E/OU EM TRANSPORTE)

Esta Condição Particular integra o Plano de Seguro 'Objetos de Arte e Raridades', podendo ser comercializada somente como cobertura deste. Fica entendido e acordado que a partir da inclusão desta cláusula fica revogada a exclusão 8.8. das Condições Gerais.

#### 4.1. GARANTIA

- 4.1.1 Não obstante as exclusões mencionadas nas Cláusulas de Riscos Excluídos das Condições Gerais e Especiais deste Seguro, fica entendido e acordado que, mediante cobrança de prêmio adicional, a Seguradora irá garantir o pagamento dos prejuízos indenizáveis, até o Limite Máximo de Indenização, com base no valor acordado de cada item segurado, pelos danos materiais causados ao(s) objeto(s) e no período de vigência descritos na apólice, por greve, tumulto e comoção civil.
- 4.1.2 A cobertura de Greve, Tumulto e Comoção Civil terminará na data final de vigência da presente apólice.
- 4.1.3 A cobertura somente poderá ser contratada em conjunto com uma ou mais das coberturas básicas, sendo I COLEÇÕES e II EXPOSIÇÕES.

#### 4.2 RATIFICAÇÃO

- 4.2.1 Ratificam-se todas as demais disposições das Condições Gerais e/ou Especiais da Apólice, exceto quando conflitarem com estas Condições Particulares, as quais deverão prevalecer.

## CONDIÇÕES PARTICULARES SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES

### 5. COBERTURA ADICIONAL V – TRANSPORTE INTERNACIONAL

Esta Condição Particular integra o Plano de Seguro 'Objetos de Arte e Raridades', podendo ser comercializada somente como cobertura deste.

#### 5.1. GARANTIA

- 5.1.1. Não obstante as exclusões mencionadas nas Cláusulas de Riscos Excluídos das Condições Gerais e Especiais deste Seguro, fica entendido e acordado que, mediante cobrança de prêmio adicional, a Seguradora irá garantir o pagamento dos prejuízos indenizáveis, até o Limite Máximo de Indenização, com base no valor fixado previamente à contratação do Seguro (valor acordado entre o Segurado e a Seguradora na avaliação de especialista), de cada item segurado, pelos danos materiais causados ao(s) objeto(s) e no período de vigência descritos na apólice, durante o seu transporte “prego-a-prego” internacional, desde que transportados legalmente por meio terrestre, aéreo ou marítimo, com apresentação de documentação comprobatória e sendo através de empresas especializadas previamente cadastradas junto a esta Seguradora ou a serem aprovadas caso a caso.
- 5.1.2. Esta cobertura se inicia no momento em que cada item segurado é movido, no local de origem nomeado na apólice, com o propósito de carregamento imediato em veículo para início do transporte. A cobertura continua durante o curso ordinário do transporte e acaba em até 30 dias após seu início, incluindo mas não se limitando aos seguintes momentos:
- 5.1.2.1 Descarregamento do item do veículo no destino final nomeado na apólice;
  - 5.1.2.2 Descarregamento do item do veículo em qualquer outro local, seja anterior a ou no destino final nomeado na apólice, e o qual o Segurado decide utilizar para armazenamento temporário, ou para alocação ou distribuição, desde que previamente informado à Seguradora;
  - 5.1.2.3 Processos de manuseio, embalagem e remoção, durante os procedimentos de coleta e retorno entre os locais de origem e destino especificados na apólice.
- 5.1.3. Qualquer mudança de trajeto e/ou destino deve ser previamente acordada junto à Seguradora.
- 5.1.4. A cobertura somente poderá ser contratada em conjunto com uma ou mais das coberturas básicas de EXPOSIÇÕES e/ou COLEÇÕES (Pessoa Jurídica ou Pessoa Física).

#### 5.2. RISCOS EXCLUÍDOS

- 5.2.1. Além dos Riscos Excluídos das Condições Gerais e Especiais, encontram-se excluídos quaisquer danos causados ao objeto do seguro:
- a) quando transportadas sem o devido acondicionamento;
  - b) quando em transporte irregular e/ou ilegal.

#### 5.3. ÂMBITO GEOGRÁFICO

- 5.3.1. A presente cobertura cobre sinistros ocorridos nos percursos internacionais, conforme definido na apólice.

#### 5.4. RATIFICAÇÃO

- 5.4.1. Ratificam-se as demais Condições Gerais e/ou Especiais do Plano de Seguro de 'Objetos de Arte e Raridades' que não foram revogadas por esta Condição Particular.

## **CONDIÇÕES PARTICULARES SEGURO DE OBJETOS DE ARTE E RARIDADES**

### **6 COBERTURA ADICIONAL VI – TRANSPORTE NACIONAL**

Esta Condição Particular integra o Plano de Seguro 'Objetos de Arte e Raridades', podendo ser comercializada somente como cobertura deste.

#### **6.1. GARANTIA**

- 6.1.1. Não obstante as exclusões mencionadas nas Cláusulas de Riscos Excluídos das Condições Gerais e Especiais deste Seguro, fica entendido e acordado que, mediante cobrança de prêmio adicional, a Seguradora irá garantir o pagamento dos prejuízos indenizáveis, até o Limite Máximo de Indenização, com base no valor acordado de cada item segurado, pelos danos materiais causados ao(s) objeto(s) e no período de vigência descritos na apólice, durante o seu transporte “prego-a-prego” nacional, desde que transportados legalmente por meio terrestre, aéreo ou marítimo, com apresentação de documentação comprobatória e sendo através de empresas especializadas previamente cadastradas junto a esta Seguradora ou a serem aprovadas caso a caso.
- 6.1.2. A Seguradora garante também as perdas e danos materiais aos bens segurados causados por:
  - 6.1.2.1. acidentes de colisão, capotagem, abalroamento, tombamento, incêndio e/ou explosão do meio de transporte terrestre, conforme as coberturas amparadas no seguro de RCTR-C.
  - 6.1.2.2. processos de manuseio, embalagem e remoção, durante os procedimentos de coleta e retorno entre os locais de origem e destino especificados na apólice.
- 6.1.3. Esta cobertura se inicia no momento em que cada item segurado é movido, no local de origem nomeado na apólice, com o propósito de carregamento imediato em veículo para início do transporte. A cobertura continua durante o curso ordinário do transporte e acaba em até 30 dias após seu início, incluindo mas não se limitando aos seguintes momentos:
  - 6.1.3.1. Descarregamento do item do veículo no destino final nomeado na apólice;
  - 6.1.3.2. Descarregamento do item do veículo em qualquer outro local, seja anterior a ou no destino final nomeado na apólice, e o qual o Segurado decide utilizar para armazenamento temporário, ou para alocação ou distribuição, desde que previamente informado à Seguradora;
  - 6.1.3.3. Processos de manuseio, embalagem e remoção, durante os procedimentos de coleta e retorno entre os locais de origem e destino especificados na apólice.
- 6.1.4. Qualquer mudança de trajeto e/ou destino deve ser previamente acordada junto à Seguradora.
- 6.1.5. A cobertura somente poderá ser contratada em conjunto com uma ou mais das coberturas básicas de EXPOSIÇÕES e/ou COLEÇÕES (Pessoa Jurídica ou Pessoa Física).

#### **6.2. RISCOS EXCLUÍDOS**

- 6.2.1. Além dos Riscos Excluídos das Condições Gerais e Especiais, encontram-se excluídos quaisquer danos causados ao objeto do seguro:
  - a) quando transportadas sem o devido acondicionamento;
  - b) quando em transporte irregular e/ou ilegal.

#### **6.3. ÂMBITO GEOGRÁFICO**

- 6.3.1. A presente cobertura cobre sinistros ocorridos nos percursos nacionais, conforme definido na apólice.

#### **6.4. RATIFICAÇÃO**

- 6.4.1. Ratificam-se as demais Condições Gerais e/ou Especiais do Plano de Seguro de 'Objetos de Arte e Raridades' que não foram revogadas por esta Condição Particular.

## ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

Ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo,

### 1. OBJETO

**Contratação de seguro para obras do acervo expositivo emprestadas ao Museu Paulista** conforme especificações, condições e exigências do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 07/2026.

### 2. DOS PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Seguro do tipo “All Risks” para obras do acervo expositivo emprestadas ao Museu Paulista.	unidade	01		

**VALOR TOTAL: R\$\_\_\_\_\_ ( escrever por extenso )**

Nos valores acima deverão estar inclusos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente (materiais, mão-de-obra, frete, equipamentos, veículos, espécies, impostos, gastos com pessoal, etc.), que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto contratado.

### 3. LOCAL DE EXECUÇÃO

A documentação pertinente deverá ser entregue no seguinte endereço:

- Rua Brigadeiro Jordão, nº 149 – Ipiranga – São Paulo/SP – CEP: 04210-000.

### 4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

PRAZO DE PAGAMENTO	28 (vinte e oito) dias
PRAZO VALIDADE DA PROPOSTA	60 (noventa) dias
PRAZO DE ENTREGA	30 (sessenta) dias corridos

5. DADOS DA PROPONENTE

Razão social	
CNPJ	
Endereço completo	
Endereço eletrônico (e-mail)	
Telefone	
Dados bancários para pagamento	Banco do Brasil (001), agência XXX-X, conta XX.XXX-X
Responsável pela proposta (Nome completo)	
Cargo do responsável pela proposta	
Telefone do responsável pela proposta	

..... de ..... de .....  
(Local) (Data)

(Assinatura)

Nome e Cargo do Representante Legal



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**Prestação de Serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra**

**Licitação (Pregão)**

Processo SEI nº 154.00006635/2026-22

Contrato nº [NN/ANO]-[SIGLA DA UNIDADE]

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO MUSEU PAULISTA E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA] OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OBRAS DO ACERVO.**

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MMM** do ano de **AAAA**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio do **Museu Paulista**, inscrito no C.N.P.J. sob nº 63.025.530/0032-00, localizado na rua dos Patriotas, nº 100 – Ipiranga – São Paulo – CEP 04207-030, neste ato representada por seu Diretor, Prof. Dr. **Paulo César Garcez Marins**, por delegação de competência, nos termos da [Portaria GR nº 8321/2024](#) e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ nº **[CNPJ nº]**, sediada à **[endereço completo]**, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições do artigo 75, caput, inciso II, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#), demais legislações aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação anual de seguro “all risks” para as obras do acervo em exposição emprestadas ao Museu Paulista**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI -DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Seguro do tipo “All Risks” para obras do acervo expositivo emprestadas ao Museu Paulista.</p> <p>A apólice de seguro “All Rihs” deve mencionar todos os 7 (sete) proprietários dos 335 itens acervísticos, as exposições em que figuram os itens bem como a soma de seus valores, conforme planilha anexa a este Termo de Referência (subanexo I).</p> <p>A apólice de seguro deve contemplar todas as cláusulas previstas no subanexo II.</p> <p>A apólice deve cobrir período de 01 ano, podendo ser renovada por até 10 anos, conforme contrato (Anexo III do Edital).</p>	906	unidade (seguro anual)	01		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Edital da Licitação - **PREGÃO nº 07/2026 – MP.**

1.3.2. Termo de Referência.

1.3.3. Proposta Comercial datada de **[NN/NN/NNNN]**.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data de **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O **CONTRATADO** poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo **CONTRATANTE** em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.
  - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.
  - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o **CONTRATANTE** mantém interesse na realização do serviço.
  - d) Haja manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação.
  - e) Seja comprovado que o **CONTRATADO** mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.1.3. O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do **CONTRATANTE**.
- 2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.
- 2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita às seguintes condições resolutivas:

- a) na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato; ou
- b) na ausência de vantagem para o **CONTRATANTE** na manutenção do contrato.

2.1.7.1. A extinção mencionada neste subitem ocorrerá, apenas, na próxima data de aniversário do contrato, e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contados da correspondente data, mediante comunicação da **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**.

2.1.7.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o **CONTRATADO** não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

(art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

- 5.1. O valor anual da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R\$ 13.937,67 (treze mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **09/04/2026**.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = Po . [ ( IPC / IPCo ) - 1 ]$$

Onde:

**R** = parcela de reajuste.

**Po** = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

**IPC / IPCo** = variação do **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor**, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.1.8.1. A Administração terá o prazo **de 20 (vinte)** dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.

- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.
- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).
- 9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 9.1.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.



## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) dar causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na [Resolução USP nº 8548/2023](#):

a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

- I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
- II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.

b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

- I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
- II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Resolução USP nº 8548/2023](#).

c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#)), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto.
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – [Resolução USP nº 8548/2023](#)).

12.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na [Portaria GR nº 6723/2016](#).

12.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:

12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

12.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

12.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.
  - 13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
  - 13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
    - 13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
  - 13.3.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
  - 13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
  - 13.3.3. Indenizações e multas.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
  - I. Gestão/Unidade: Museu Paulista.



- II. Fonte de Recursos: Tesouro do Estado.
- III. Programa de Trabalho: Administração Geral.
- IV. Elemento de Despesa: Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica.
- V. Plano Interno: PCA 2026, contratação 129.

**VI. Nota de Empenho:**

- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do **CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Representante legal do **CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-

**ANEXO IV – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE  
IMPOSTO DE RENDA**

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023**

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

## ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

*(redação dada pela Resolução nº 11/2021)*

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS:**

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_



## USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

### Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 538P-M1HH-AW97-PG7X no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/538P-M1HH-AW97-PG7X>

**Maria Aparecida de Menezes Borrego**

**Nº USP:** 1543384

**Data:** 07/05/2026 09:06

**Perfil assinante::** Vice-diretora